

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**EMANUEL ALFREDO DOS SANTOS BRUM**

**A contribuição de Igor Moreira, um autor de livros didáticos durante a  
ditadura civil militar no Brasil (1964-1985).**

**PORTO ALEGRE  
2024**

EMANUEL ALFREDO DOS SANTOS BRUM

**A contribuição de Igor Moreira, um autor de livros didáticos durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985).**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa

PORTO ALEGRE  
2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

Brum, Emanuel Alfredo dos Santos

A contribuição de Igor Moreira, um autor de livros didáticos durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) / Emanuel Alfredo dos Santos Brum. -- 2024.

68 f.

Orientador: Breno Viotto Pedrosa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Licenciatura em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Geografia Crítica. 2. Ditadura Militar. 3. Livro Didático. I. Pedrosa, Breno Viotto, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## **EMANUEL ALFREDO DOS SANTOS BRUM**

### **A contribuição de Igor Moreira, um autor de livros didáticos durante a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985).**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa

Aprovado em: 26 de agosto de 2024.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Mario Leal Lahorgue  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Larissa Corrêa Firmino  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho aos meus pais, Neusa e Sérgio, que, sob sol intenso, me proporcionaram a oportunidade de chegar até aqui, na sombra.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha mãe, Neusa (in memoriam). Mãe, você sempre foi a minha maior inspiração e a pessoa que mais contribuiu para quem eu sou hoje. Obrigado por todo o amor e fé que você depositou em mim. Esta conquista só foi possível graças ao seu amor incondicional, e quero que saiba que ela é mais sua do que minha.

Ao meu pai Sérgio, sou imensamente grato por sua luta incansável para que minha irmã e eu pudéssemos nos dedicar aos estudos e pelo reconhecimento da universidade como um lugar de pertencimento para nós dois. Obrigado pelo apoio incondicional; minha conquista é também a sua.

À minha irmã, Marina, minha melhor amiga e confidente, sei que muitas vezes pareço o irmão mais novo, mas você sabe o quanto sou profundamente grato por todo o apoio que sempre me deu ao longo desses anos. Obrigado por sua paciência, por estar sempre disposta a me ouvir e me apoiar. Não há palavras suficientes no mundo para expressar o quanto a amo e a admiro.

Aos meus amigos, especialmente aqueles que tive o prazer de conhecer na graduação: Arthur, Bruno, Évini, Fernanda, Gabriela, Guilherme, Hélen, Leonel e Viviane. Obrigado pelas trocas, conversas, risadas, aprendizados e por todos os momentos especiais que compartilhamos durante esses quatro anos e meio de graduação. Graças ao apoio de vocês, esse período foi leve e cheio de alegria. Agradeço de coração a cada um de vocês e desejo sucesso em suas jornadas. Que a Geografia possa proporcionar a vocês o caminho para alcançarem todos os seus objetivos. Amo todos vocês.

A todos os meus professores, desde o jardim de infância até a graduação, expresso minha mais sincera gratidão. Ser professor hoje é fruto do aprendizado que adquiri com cada um de vocês. Na minha prática docente diária, há um pouco de cada ensinamento e inspiração que recebi ao longo dessa jornada. Obrigado por serem uma fonte constante de inspiração e por me guiarem até aqui.

Ao meu orientador, Professor Breno, minha mais profunda gratidão. Agradeço imensamente por ter aceito ser meu orientador e por todo o tempo dedicado a me auxiliar. Suas orientações, suas trocas enriquecedoras e seu apoio foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Agradeço a todos os professores(as) orientadores(as) dos meus estágios, uma etapa crucial para a construção da minha identidade como docente. Em especial, destaco meu agradecimento aos colegas da EMEI Protásio Alves, onde tive a oportunidade de estagiar por dois anos ininterruptos. Aprendi muito com as trocas e experiências vividas com vocês.

Uma das coisas que mais admiro em nossa profissão é a necessidade constante de nos reinventarmos. Ao longo dos anos, me vi em diversas situações que exigiram essa reinvenção. Quando iniciei meu trabalho na Educação Infantil, precisei transformar minha prática. Quando comecei a lecionar no Ensino Fundamental, mais uma vez tive que me adaptar e buscar novas formas de ensinar. A necessidade de reinvenção se fez presente quando fui designado a ministrar um componente curricular que não era familiar para mim. O mesmo aconteceu quando assumi aulas na EJA e, novamente, ao ser desafiado com disciplinas no Ensino Médio que fugiam completamente da minha formação inicial. Em cada uma dessas etapas, foi necessário me renovar, repensar e transformar minha abordagem. Nossa profissão está longe de ser estática; está sempre em movimento. Se existe uma profissão mais bonita que a nossa, eu desconheço.

Também sou grato aos professores orientadores das bolsas que participei durante a graduação: Aldomar, Alexandre, Evelin, Larissa, Roselane e Teresinha. As experiências proporcionadas por vocês foram fundamentais para o meu aprimoramento profissional.

Agradeço profundamente à UFRGS, uma instituição pública de excelência e alta qualidade. Foi lá que, diariamente, trilhei o caminho para me tornar professor. Sou grato a esta universidade e a todos aqueles que compartilharam esta jornada comigo.

A flor que desabrocha na adversidade é a mais rara  
e bela de todas (Mulan)

## RESUMO

A partir do surgimento da Geografia Crítica no Brasil, durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), este trabalho teve como objetivo compreender a influência dessa corrente no desenvolvimento dos livros didáticos de Geografia, especialmente, na obra do geógrafo Igor Moreira. Além disso, buscou-se entender o processo de consolidação da Geografia Crítica no país e a importância dos livros didáticos para o ensino de Geografia. A metodologia adotada incluiu uma pesquisa bibliográfica, utilizando obras relacionadas à Geografia Crítica, bem como a análise do livro "O Espaço Geográfico: Geografia Geral e do Brasil," de Igor Moreira, lançado em 1980. A análise revelou como a Geografia Crítica transformou significativamente a organização dos livros didáticos, promovendo um pensamento geográfico mais politicamente engajado, que buscava resistir e se contrapor ao contexto opressor da Ditadura Militar. Como conclusão, foi possível observar o impacto dessa renovação no pensamento geográfico, evidenciando uma tentativa de romper com o período repressivo vivido naquele momento.

**Palavras-chave:** Geografia Crítica, Ditadura Militar, Livro Didático.

## RESUMEN

A partir del surgimiento de la Geografía Crítica en Brasil, durante el período de la Dictadura Militar (1964-1985), este trabajo tuvo como objetivo comprender la influencia de esta corriente en el desarrollo de los libros de texto de Geografía, especialmente en la obra del geógrafo Igor Moreira. Además, se buscó entender el proceso de consolidación de la Geografía Crítica en el país y la importancia de los libros de texto para la enseñanza de Geografía. La metodología adoptada incluyó una investigación bibliográfica, utilizando obras relacionadas con la Geografía Crítica, así como el análisis del libro "O Espaço Geográfico: Geografia Geral e do Brasil," de Igor Moreira, lanzado en 1980. El análisis reveló cómo la Geografía Crítica transformó significativamente la organización de los libros de texto, promoviendo un pensamiento geográfico más comprometido políticamente, que buscaba resistir y contraponerse al contexto opresor de la Dictadura Militar. Como conclusión, fue posible observar el impacto de esta renovación en el pensamiento geográfico, evidenciando un intento de romper con el período represivo vivido en aquel momento.

**Palabras clave:** Geografía Crítica, Dictadura Militar, Libro de Texto.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AGB</b>	Associação dos Geógrafos Brasileiros
<b>DOPS</b>	Departamento de Ordem Política e Social
<b>FAPA</b>	Faculdade Porto-Alegrense
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNLD</b>	Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).
<b>PUCRS</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
<b>SUDECO</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
<b>SUDENE</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>SUDESUL</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Sul
<b>SUDEVAP</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Vale do Paraíba do Sul
<b>SUFRAMA</b>	Superintendência da Zona Franca de Manaus
<b>SUVALE</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Vale do São Francisco
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UNIRITTER</b>	Centro Universitário Ritter dos Reis
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Capa do livro O Espaço Geográfico: geografia geral e do Brasil	25
<b>Figura 2</b> - Ilustração apresentando os tipos de chuva	32
<b>Figura 3</b> - Mapa apresentando a população por cor da pele	36
<b>Figura 4</b> - Gráfico com o crescimento do PIB	36
<b>Figura 5</b> - Taxa de analfabetismo no Brasil	37
<b>Figura 6</b> - Gráficos com as migrações internas do Brasil até 1978	38
<b>Figura 7</b> - Consumo de fertilizantes no Brasil de 1969 a 1977	41
<b>Figura 8</b> - Mapa de produção de arroz no Brasil até 1978	42
<b>Figura 9</b> - Mapa com as refinarias da Petrobras	49
<b>Figura 10</b> - Mapa com potencial hidráulico do Brasil	49
<b>Figura 11</b> - Potência instalada entre 1967 e 1976	50
<b>Figura 12</b> - Mapa com as áreas especiais de planejamento	53
<b>Figura 13</b> - Mapa com perfil de relevo da Amazônia	54
<b>Figura 14</b> - Mapa com a área de influência da Amazônia Legal	55
<b>Figura 15</b> - Mapa com as rodovias de integração	56
<b>Figura 16</b> - Plano rodoviário nacional no Centro-Oeste	59

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Sumário do Livro	29
<b>Tabela 2</b>	Sumário do Livro	30
<b>Tabela 3</b>	Resumo sobre as características das florestas equatoriais e tropicais	33
<b>Tabela 4</b>	Número de universitários no Brasil	37
<b>Tabela 5</b>	Renda per capita do Brasil em 1978	38
<b>Tabela 6</b>	Plantas alimentares que se desenvolvem em clima tropical e equatorial	39
<b>Tabela 7</b>	Plantas industriais que se desenvolvem em clima tropical e equatorial	40
<b>Tabela 8</b>	Censo agrário de 1970	43
<b>Tabela 9</b>	Recadastramento Rural em 1972	45
<b>Tabela 10</b>	Potência Instalada (MW) por região	51
<b>Tabela 11</b>	Autores clássicos da Geografia utilizadas como referência por Moreira	63,64

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2. O QUE É A GEOGRAFIA CRÍTICA? E O PERÍODO DA DITADURA MILITAR?</b>	<b>16</b>
<b>3. A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA</b>	<b>22</b>
<b>4. A TRAJETÓRIA E LEGADO DE IGOR MOREIRA: ANÁLISE CRÍTICA DE SUA OBRA DIDÁTICA PUBLICADA DURANTE A DITADURA MILITAR</b>	<b>25</b>
4.1 O autor e a obra	25
4.2 Análise e discussão da primeira unidade do livro: O Espaço Natural	32
4.3 Análise e debate da segunda unidade do livro: A População no Espaço	33
4.4 Análise e debate da terceira unidade do livro: O Espaço Agrário	39
4.5 Análise e debate da quarta unidade do livro: O Espaço Industrial e Urbano	47
4.6 Análise e debate da quinta e última unidade do livro: O Espaço Brasileiro	52
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

A Ditadura Civil-Militar (1964-1985) representa um dos períodos mais dolorosos e complexos da história do Brasil. Esse regime teve início com a deposição do presidente João Goulart, que havia sido eleito democraticamente pelo povo. O golpe foi liderado pelo Exército, que justificou sua intervenção alegando a necessidade de evitar a instauração do comunismo no país. Assim:

O governo de João Goulart (1961-1964), anterior ao golpe de 1964, já apresentava algumas tensões. Um dos grandes debates desse período foi a necessidade de haver uma reforma agrária no Brasil, que eliminasse o latifúndio, visto como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do país. Deste modo, a pressão sobre o governo de Jango foi grande por parte dos latifundiários e opositores políticos que queriam manter o seu poder e suas extensas propriedades. Mas, ao mesmo tempo, Jango também sofria pressão dos movimentos sociais que desejavam a reforma agrária a qualquer custo. Diversos grupos estavam desaprovando as atitudes que o presidente João Goulart vinha tomando. A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", em São Paulo, em 19 de março de 1964, levou cerca de 500 mil pessoas às ruas. Esse episódio demonstrou a insatisfação de uma parte da sociedade pelos rumos que vinha tomando o governo de Jango. Esse evento foi promovido pela Associação de Senhoras Católicas. (Araujo, 2015, p. 65).

Os militares argumentavam que o Presidente João Goulart estava promovendo projetos de reformas sociais, conhecidos como Reformas de Base, que eles consideravam inaceitáveis. Essas reformas englobam uma série de medidas para enfrentar problemas sociais e econômicos no Brasil, mas foram interpretadas pelos militares como ameaças ao sistema capitalista e à ordem estabelecida.

O regime autoritário que se instaurou foi marcado por censura à imprensa, perseguição política, restrições às liberdades civis e violações dos direitos humanos. Muitos brasileiros sofreram com a repressão e a perda de suas liberdades individuais durante esses anos sombrios. A Ditadura Militar só chegou ao fim em meados dos anos 1980, quando o país finalmente retornou à democracia.

No campo da educação, a Ditadura trouxe mudanças significativas, como a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1971, que revisou as diretrizes propostas pelo governo de João Goulart dez anos antes. Dentre as principais mudanças, destacou-se a diminuição da porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) destinada à educação e a autorização para a construção de escolas

pela iniciativa privada. Além disso, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) durante o período militar passou a elogiar as ações do governo, muitas vezes retratando uma imagem idealizada do Brasil, afastando os estudantes da realidade vivida no país naquele período.

Este tema foi escolhido devido à importância de entender os processos que levaram à renovação do pensamento geográfico, com ênfase no período da Ditadura Militar. Ao analisar essa renovação, busco compreender como ela influenciou os conteúdos abordados nos livros didáticos de Geografia.

A pesquisa centraliza-se na seguinte questão: ***Como a Geografia Crítica influenciou os livros didáticos de Geografia?***

Para responder a essa pergunta, optou-se pelo método de pesquisa bibliográfica, utilizando obras relacionadas à Geografia Crítica e à análise de livros didáticos. Para isso, será realizada uma análise de um livro “*O Espaço Geográfico: Geografia Geral e do Brasil*” lançado por Igor Moreira durante o período da Ditadura Militar (1964-1985).

Esta monografia, além da introdução, está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, abordamos o conceito de Geografia Crítica, explorando como essa corrente surgiu no Brasil e sua relação com o período da Ditadura Militar. O segundo capítulo discute a importância do livro didático no ensino de Geografia. No terceiro capítulo, apresentamos o autor, Igor Moreira, além de uma análise da obra selecionada, destacando sua organização, conteúdos e relevância. Finalmente, expomos as considerações finais do trabalho.

## **2. O que é Geografia Crítica? E o período da Ditadura Militar?**

O governo de João Goulart (1961-1964), que precedeu o golpe de 1964, já enfrentava tensões significativas por parte da população. Um dos temas em debate naquela época era a necessidade de uma Reforma Agrária no Brasil, uma vez que a grande quantidade de latifúndios dificultava o desenvolvimento do país, acentuavam as desigualdades sociais e estavam na raiz do problema da carestia. O governo estava pressionado tanto pelos latifundiários, que desejavam manter

suas propriedades, quanto pelos movimentos sociais, que exigiam a reforma agrária de maneira urgente. Na disputa com o Congresso, Jango buscou apoio popular e, no dia 13 de março de 1964, durante o "Comício das Reformas" na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, anunciou em discurso para 200 mil pessoas a desapropriação de terras localizadas às margens de rodovias, ferrovias, açudes públicos federais e aquelas beneficiadas por obras de saneamento da União. A partir desta e outras propostas feitas por João Goulart, um grupo de militares, com o apoio de diversos segmentos sociais, incluindo parte da Igreja Católica, a classe média, empresários, latifundiários, entre outros, se mobilizou e instaurou o golpe civil-militar em 31 de março de 1964.

Para compreendermos o que se entende por Geografia Crítica, é importante reconhecer que ela surgiu como uma tentativa de superar a Geografia tradicional. Essa nova abordagem buscava envolver-se com outros sujeitos sociais e distanciar-se da influência direta do Estado, propondo uma análise mais engajada e questionadora das realidades sociais e espaciais, assim como afirma Vesentini:

A geografia crítica, no final das contas, foi aquela – ou, mais propriamente, aquelas, no plural – que não apenas procurou superar tanto a geografia tradicional quanto a quantitativa, como principalmente procurou se envolver com novos sujeitos, buscou se identificar com a sociedade civil, tentou se dissociar do Estado (esse sujeito privilegiado naquelas duas modalidades anteriores de geografia, a tradicional e a pragmática) e se engajar enquanto saber crítico – isto é, aquele que analisa, compreende, aponta as contradições e os limites, busca contribuir para um projeto de autonomia – nas reivindicações dos oprimidos, das mulheres, dos indígenas, dos afro-descendentes e de todas as demais etnias subjugadas, dos excluídos, dos dominados, dos que ensejam criar algo novo, dos cidadãos em geral, na invenção de novos direitos. (Vesentini, 2009, p. 128)

A Geografia Crítica no Brasil teve como dois elementos principais, primeiro a influência dos países europeus com a França destacando-se, sendo até a década de 80 uma referência para o pensamento crítico no Brasil. O segundo, que podemos considerar o mais importante, que foi a luta contra a Ditadura Militar (1964-1985). A Geografia crítica surgiu a partir dos anos 1970 com uma relevante participação de professores da Educação Básica nas escolas de ensino fundamental e nas de ensino médio, e também em alguns cursinhos pré-vestibulares no começo dos anos 1970. No ensino, esse movimento começa a incorporar novos temas, problemas e metodologias de ensino. Vesentini comenta suas experiências em cursinhos pré-vestibulares:

Ao invés de serem fábricas que apenas massificam os alunos e visam lucros, eram, em alguns poucos casos, redutos de leituras e discussões de obras críticas. Eram espaços de contestação e livre discussão – inclusive de filmes por vezes censurados, venda de jornais alternativos, peças teatrais que alguns grupos apresentavam especialmente para os professores e alunos etc. Eu mesmo tive o privilégio de discutir em seminários num cursinho, em 1969, obras como Geografia do Subdesenvolvimento (de Yves Lacoste), Panorama do mundo atual (Pierre George), Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina (Gunder Frank), Formação do Brasil contemporâneo (Caio Prado Jr.), Formação econômica do Brasil (Celso Furtado), Manifesto do Partido Comunista (Marx e Engels) e outras. (Vesentini, 2009, p.129)

A Geografia Crítica surgiu com o intuito de questionar a formação acadêmica tradicional dos professores, trazendo para a sala de aula questões referentes ao subdesenvolvimento, a geopolítica, a questão agrária no país e a distribuição social da renda. Segundo Araújo (2015), às críticas feitas por Yves Lacoste sobre como era realizado o ensino de Geografia foram relevantes:

Neste sentido, Lacoste afirma que na Geografia escolar e universitária “a sutileza foi ter passado um saber estratégico militar e político como se fosse um discurso pedagógico ou científico perfeitamente inofensivo” (LACOSTE, 1988, p. 25). Ainda, sobre esse caráter aparentemente “inofensivo”, o autor elucida que “de todas as disciplinas ensinadas na escola, no secundário, a Geografia é a única a parecer um saber sem aplicação prática fora do sistema de ensino” (LACOSTE, 1988, p. 33). Lacoste evidenciou também que o Estado e a grande empresa possuem uma visão integrada de espaço, enquanto o cidadão comum tem uma visão fragmentada, pois possui unicamente a dimensão de seu cotidiano, não obtendo informações de outras realidades (e os livros didáticos muito contribuem para a produção dessa visão fragmentada). (Araújo, 2015, p.81)

A Ditadura havia se consolidado no país inteiro, entre 1960-70, com a censura, repressão e o controle do Estado sobre os meios de comunicação. Por este motivo, determinados assuntos eram considerados subversivos e não podiam ser discutidos nas salas de aula das universidades e das escolas. Para destacar o autoritarismo da Ditadura, o Vesentini narra em seu texto *Geografia crítica no Brasil: uma interpretação depoente*, diversas situações em que o regime interferiu diretamente em sua prática docente, tanto na Educação Básica quanto no ensino superior:

Só para mencionar um exemplo significativo, podemos lembrar que, nesse período, sequer se podia falar em geografia política e muito menos em geografia do subdesenvolvimento nas universidades. Na própria USP, no Departamento de Geografia (considerado, com razão, como o “mais avançado” do país nessa época, o único que não foi subjugado nem pelos cursos de curta duração – estudos sociais – e muito menos pelo pragmatismo de inspiração norte-americana que rebaixava, ou melhor, travestia, a nossa disciplina de uma ciência humana e social para uma

geociência), havia uma disciplina chamada “geografia do mundo tropical”, que ocupava o lugar do estudo do subdesenvolvimento e procurava “analisar” a realidade da América Latina, da África e de grande parte da Ásia sob esse parâmetro alicerçado na “Terra”, isto é, o tropicalismo! (Vesentini, 2009, p.130).

Muitos desses docentes de postura crítica deram continuidade às suas pesquisas acadêmicas até o nível de pós-graduação; entretanto, é importante reconhecer que nem todos seguiram esse caminho, pois alguns professores enfrentaram situações graves durante a Ditadura. Vesentini narra uma experiência marcante de sua prática docente: a invasão da escola onde trabalhava pelo DOPS, motivada por denúncias de que a instituição promovia ideais subversivos e contrários ao regime vigente, como pode ser visto a seguir:

No COE (Centro de Orientação Educacional, uma escola particular no bairro da Lapa, São Paulo, que virou uma cooperativa dirigida pelos próprios professores), em primeiro lugar, nós redefinimos todo o conteúdo da geografia escolar – inicialmente, em 1973, tentamos usar livros didáticos, especialmente aquele primeiro de Melhem Adas recém-lançado na época, mas depois concluímos que eles eram inadequados para a nossa “proposta gramsciana” e passamos a só trabalhar com textos especialmente elaborados em função da realidade dos alunos e dos novos temas que abordávamos. Em segundo lugar, também mudamos a relação professor/aluno e a própria organização espacial da sala de aula. Abolimos as aulas expositivas e só trabalhávamos com leituras de textos (alguns com mapas e gráficos, que deviam ser interpretados), debates, dinâmica de grupos e estudos do meio. Chegamos levar todos os alunos para uma praia em Cananéia, no litoral de São Paulo, ficando lá uma semana inteira realizando um estudo de campo interdisciplinar que envolvia as marés, os recursos naturais e os problemas ambientais locais, a economia e a população (valores, cultura, demografia) de uma comunidade de pescadores, além da história oral e documental do lugar. Por sinal, tudo isso incomodava alguns, que denunciaram o colégio como “subversivo”, e o antigo DOPS, a polícia política da época, dirigida em São Paulo pelo delegado-torturador Fleury, duas vezes invadiu o colégio e prendeu para interrogatório alguns professores (aqueles que, por azar, estavam lá naquele momento), além de ter roubado equipamentos da nossa gráfica (nossa aparelhagem para imprimir textos e apostilas, inclusive com cores). (Vesentini, 2009, p. 138-139)

Além disso, no Encontro da AGB realizado em 1978 em Fortaleza, houve a democratização da referida associação em nível nacional. Nesse encontro, foi eliminada a separação entre os associados, adotando-se uma visão mais democrática em que todos poderiam votar e ser votados para cargos de direção dentro da organização, conforme afirma Vesentini (2009).:

Este foi, afinal, o grande significado desse encontro: uma democratização, mesmo que relativa (como toda democratização afinal, pois a democracia não é uma forma acabada e permanente e, sim, um processo de (re)invenção de direitos e que se expande continuamente), da AGB no

nível nacional. A partir daí, deixaram de existir duas categorias de sócios na AGB nacional: os plenos, os professores universitários, que podiam ser membros da diretoria; e os demais, que pagavam suas anuidades mas não podiam concorrer aos cargos decisórios. A partir desse evento, todos, pelo menos em tese, podiam votar e ser votados, se inscrevendo na época apropriada – a cada dois anos – para concorrer aos cargos diretos dessa associação. (Vesentini, 2009, p. 133).

Existe uma divergência entre os estudiosos se o Encontro de 1978 foi um marco ou não para o surgimento da Geografia Crítica no Brasil, diversos autores concordam com a relevância do evento para a renovação do pensamento geográfico, como afirma Castrogiovanni (2007):

No Brasil, a partir de 1978, com o III Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza, com a volta de geógrafos exilados, principalmente da França, e como reação à ditadura militar ainda em vigor, a ciência geográfica adota o paradigma e o método de investigação da geografia crítica, e assume, nos meios acadêmicos, essa denominação. O espaço, (re)nomeado como seu objeto de estudo, passa a ter uma concepção de totalidade, embora inicialmente rejeite a natureza enquanto a dimensão do espaço geográfico. (Castrogiovanni, 2007, p. 39)

Devemos considerar a história como algo processual; portanto, a geografia, como a sociedade, não é linear, no sentido de que uma corrente substitui a outra (Suertegaray, 1997). Autores como David Harvey concebem o espaço ao mesmo tempo absoluto, relativo e relacional. A Geografia Crítica foi fundada “comprometida com a compreensão do mundo para melhor intervir, ou seja, pela práxis marxista (de um lado) e pelo liberalismo (de outro)” (Suertegaray, 1997, p.15).

Esta unidade no contexto da renovação do pensamento geográfico foi de extrema importância para os debates epistemológicos da Geografia, assim como afirma Moraes (1999):

A unidade da geografia crítica manifesta-se na postura da oposição a uma realidade social e espacial contraditória e injusta fazendo-se do conhecimento geográfico uma arma de combate à situação existente. Portanto, o caminho da geografia crítica é a busca da superação das desigualdades, pois a história do capitalismo leva à seletividade, estabelece uma divisão territorial e social do trabalho, diferencia e privilegia lugares. Para os “geógrafos críticos” é tal processo que deve ser o objeto de preocupação da leitura do mundo, feita pela geografia. (Moraes, 1999, p. 126).

Essa abordagem na ciência geográfica não apenas oferece ao indivíduo o entendimento dos elementos que compõem o espaço geográfico, mas também permite compreender como esse espaço é continuamente (re)construído e (re)organizado (Castrogiovanni, 2007). Inicialmente, essa parece ser a postura

adotada pela geografia, uma abordagem que pode contribuir significativamente para atenuar os desafios presentes, buscando um engajamento político para o debate e luta dos problemas sociais.

Vesentini (2009) tenta criar uma certa polarização sobre este fato, ou seja, o ensino de geografia e o mundo universitário. O autor afirma que a Geografia Crítica teria surgido com os professores da Educação Básica. Os quais anos após a sua formação adotaram o marxismo indo de forma contrária a formação considerada “conservadora” que tiveram. O autor esquece que os geógrafos da USP já trabalhavam com os textos de Pierre George e de outros autores. Esses fatos comprovam que o renascimento do pensamento geográfico não estava limitado apenas com o apoio dos professores da Educação Básica. Assim como afirma Pedrosa (2015):

A análise concreta dos fatos demonstra que a renovação crítica permitiu que vários professores de cursinhos e de escolas ascendessem à universidade, não só pelo acréscimo de uma nova medida de capital cultural ligada à esquerda, mas também em função do início da expansão do ensino superior. (Pedrosa, 2015, p.24)

Este posicionamento também questiona a versão sobre o surgimento da Geografia Crítica que foi apresentada por Ruy Moreira :

Basta uma consulta aos livros didáticos e apostilas dos cursinhos da época (onde a maioria de nós trabalhava, pois só ali podia-se burlar o livro negro da repressão executada pelo Estado por meio da lista de empregados a ele obrigatoriamente fornecida pela direção das escolas), para atestar-se o fato de que é esta a geografia que chega à sociedade mais ampla. Menosprezada pela universidade, a geografia popular dessas décadas é a georgeo-lacosteana. E, portanto, a que está na cultura do estudante universitário e do professor secundário de geografia. (Moreira, 2009, p. 29-30)

Como colocou Verdi (2016), P. George, Lacoste e Monbeig eram autores citados pelas teses defendidas na USP, entretanto, é importante considerar o peso que o debate do estruturalismo marxista teve em um momento inicial de desenvolvimento da geografia crítica, em paralelo às referências oriundas da geografia (Pedrosa, 2015).

Embora exista divergências entre os autores ao tentarem definir o marco inicial do surgimento da Geografia Crítica no Brasil, é possível considerar ambos processos como significativos, sem priorizar um sobre o outro. O que importa é reconhecer que essa renovação foi crucial para o desenvolvimento do pensamento geográfico, especialmente no contexto da Ditadura Militar.

Podemos concluir que o movimento dos geógrafos foi essencial ao introduzir na ciência geográfica novas abordagens filosóficas, metodológicas e o marxismo. O objetivo era promover um pensamento mais politicamente engajado, em resposta à realidade da época, marcada por um regime autoritário. Esse movimento buscava compreender a realidade social e discutir temas que até então eram pouco abordados. Como afirma Pedrosa (2012), procurava-se um conhecimento engajado, capaz de transformar o mundo e confrontar a ditadura militar.

### **3. A importância do livro didático para o ensino de Geografia**

Os livros didáticos são uma excelente fonte de pesquisa, frequentemente representando ou apresentando o período histórico em que foram produzidos. Além disso, eles mantêm viva a história da escola. No entanto, entre os estudiosos de livros didáticos, há uma grande dificuldade em definir precisamente o que seria um livro didático, conforme aponta Araujo (2015, p. 15):

Os estudiosos da área têm dificuldades em definir o que venha a ser, de fato, o livro didático, justamente devido à sua complexidade. No entanto, sabe-se que outros nomes foram-lhe atribuídos, como manual, por estar à disposição do manuseio e compêndio, no sentido de ser síntese de conteúdos (SILVA, 2006, p. 36). Sem dúvida há muitas divergências e contradições acerca das obras didáticas, gerando polêmicas entre os sujeitos escolares (professores, equipe pedagógica, alunos e responsáveis). Contudo, apesar de todas as problemáticas por detrás do livro didático, o seu poder (e, conseqüentemente, o poder e o controle do Estado) e os investimentos em políticas públicas vêm aumentando estrondosamente. Cabe enfatizar que, atualmente, o Estado brasileiro é o principal consumidor, distribuidor e controlador da produção dos livros didáticos, uma vez que esses se tornaram peça fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. (Araujo, 2015, p.15)

O professor ao escolher um livro didático deve sempre pensar na possibilidade de utilização de outras ferramentas no seu cotidiano escolar, pois desta forma podemos aproximar o aprendizado geográfico com a linguagem dos nossos alunos.

A responsabilidade pela seleção e adesão do livro didático fica a cargo do Ministério da Educação através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), iniciado em 1937 com um nome diferente, o programa passou por diversas melhorias ao longo de 80 anos, incluindo alterações em sua denominação e forma de execução. Atualmente, o PNLD atende a toda a Educação Básica..

Desde então o programa foi aprimorado e ampliado desta forma abrangendo outros componentes curriculares, o PNLD possui os seguintes objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNLD:

I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;

II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;

III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;

IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;

V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e

VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular. (BRASIL, 2017)

Esses objetivos demonstram atualmente o compromisso do Estado com a universalização, democratização e aprimoramento da Educação Básica. Para Santos (2018, p. 31–32) o livro didático possui funções (significados) distintos entre os atores (estudantes, docentes e o Estado). Para os estudantes podemos observar que o livro didático é muito mais do que uma ferramenta de pesquisa e aprendizado. Os alunos interagem de formas distintas com o livro, lendo ou apenas observando os mapas, boxes e outros elementos textuais presentes no texto. O professor também deve levar em consideração que na realidade de muitos estudantes o livro didático é o único material (publicação) impressa que eles possuem acesso.

Para os professores os livros didáticos cumprem outras funções. Ele é muito mais que um recurso didático para ser utilizado durante as aulas, muitas vezes o docente utiliza para a preparação das aulas e também como um guia curricular para os conteúdos. Podemos considerar que o livro também é utilizado como objeto formativo sobre assuntos desconhecidos para os docentes. Já que para preencher a carga horária de trabalho os professores acabam assumindo componentes curriculares diferentes da sua formação inicial.

Para o Governo Federal (que faz a distribuição dos livros através do PNLD), o livro é reconhecido como um instrumento para a promoção da qualidade na formação docente, também possuindo como objetivo a aproximação da formação universitária com a prática docente diária.

Os estudiosos que realizam pesquisas e análises do Livro Didático é recorrente o reconhecimento do seu papel como difusor da ideologia estatal, assim como afirmam Gabrelon e Silva:

Assim, podemos identificar nos trabalhos de Carvalho (2012) e França e Carvalho (2015) que historicamente alguns Livros Didáticos, que se tornaram referência para o ensino de Geografia, difundem ideias sobre o território brasileiro e quem são os seus habitantes. Estas pesquisas revelam que, no decorrer da sua trajetória no Brasil, o ensino de Geografia, por intermédio dos Livros Didáticos, desempenhou o papel de construir discursos sobre o país e os brasileiros e que as ideias comunicadas estavam sob o controle do Estado (Gabrelon e Silva, 2017, p. 113)

Em um contexto de alienação política, como durante a ditadura militar, o livro pode servir como uma forma de contestação. Ele se torna um meio de expressar ideias e questionar o status quo, oferecendo uma perspectiva crítica que pode desafiar a censura e a repressão do regime. Através da leitura, os indivíduos podem encontrar um espaço para refletir e discutir questões sociais e políticas, mesmo em ambientes de restrição à liberdade de expressão.

O livro didático é o nosso aliado, ele que nos acompanha durante toda a nossa carreira como docentes, assim como afirmam Foppa e Tonini:

O que é mais presente em sala de aula do que o livro didático? O clássico do ensino que acompanha há séculos as transformações da educação, mesmo modificando-se e/ou adaptando-se às legislações de cada época, o livro tem tido presença garantida em todas elas. Assim, o livro é uma das ferramentas pedagógicas que tem acompanhado os professores ao longo de toda a sua carreira docente. (Foppa e Tonini, 2020, p.401.)

Ao ingressarmos na carreira docente e nos depararmos com a sala de aula pela primeira vez, o livro didático se apresenta como um recurso central e indispensável. Ele serve não apenas como uma ferramenta de pesquisa para os alunos, mas também como um guia fundamental para nós, professores, na organização de nossas ideias e na elaboração do planejamento pedagógico. É a partir dele que muitas vezes surgem nossas certezas e questionamentos, orientando as abordagens que adotamos no ensino da Geografia. Portanto, o livro didático não pode ser subestimado. A dependência do livro didático se torna ainda maior quando professores de outras áreas assumem o ensino de Geografia. Nesse contexto, o livro deixa de ser apenas um apoio e passa a ser seguido à risca, pois é nele que esses professores encontram o suporte necessário para abordar o conteúdo de Geografia de maneira completa e adequada.

Conclui-se, portanto, que o livro didático desempenha um papel fundamental no ensino de Geografia, atuando como um recurso relevante tanto para a prática docente quanto para o processo de aprendizagem dos estudantes, mesmo que

seja interessante complementá-lo com materiais selecionados pelo professor regente.

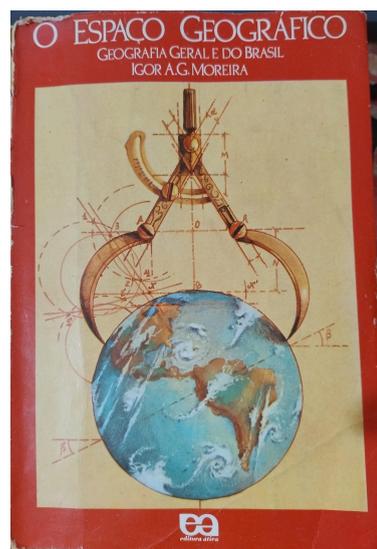
#### **4. A trajetória e legado de Igor Moreira: Análise crítica de sua obra didática publicada durante a Ditadura Militar e sua relevância histórica.**

##### **4.1 O autor e a obra**

Igor Antonio Gomes Moreira é um célebre autor de livros didáticos de Geografia. Licenciado em Geografia pela UFRGS (1966) e bacharel em direito pela PUCRS (1977), foi professor universitário da Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) (atual Uniritter) na área de Ciências Humanas. Mesmo sendo um professor renomado não se encontra um grande quantidade de informações biográficas sobre a sua atuação além daquelas publicizadas em seu Currículo Lattes.

O objetivo deste capítulo é analisar o livro didático intitulado *O Espaço Geográfico: geografia geral e do Brasil*, lançado originalmente em em 1972, sendo atualizado em edições posteriores. O livro analisado era utilizado no componente curricular de Geografia no 2º grau (Ensino Médio) no ano de 1980, o intuito deste trabalho é analisar como a Geografia Crítica influenciou a construção desta obra. A seguir a capa do livro "*O Espaço Geográfico: geografia geral e do Brasil*", 15ª edição, lançada em 1980.

Figura 1 - Capa do livro *O Espaço Geográfico: geografia geral e do Brasil*



Fonte: Acervo pessoal (2024).

O livro inicia em sua apresentação realizando uma breve explicação sobre a obrigatoriedade do ensino de Geografia no currículo escolar do 1º e 2º graus determinado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 (Lei 5692/71) passando a se integrar com a disciplina de Estudos Sociais cujo o ensino tem o seguinte objetivo fixado pelo Parecer 853/71 do Conselho Federal de Educação:

Ajustamento crescente do educando ao meio que é cada vez mais amplo e complexo em que deve não apenas viver como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual de seu desenvolvimento, através da análise relativa ao espaço brasileiro (Brasil, 1971).

O componente curricular de Estudos Sociais já existia no Brasil desde a década de 1930, inspirada no modelo dos Estados Unidos, com o objetivo de promover a integração dos estudantes com a sociedade assim como afirma Araujo:

Antes do surgimento das licenciaturas curtas de Estudos Sociais no Brasil (década de 70 do século XX), a disciplina Estudos Sociais já aparecia nos currículos escolares das escolas primárias. Bittencourt (2011) aponta que a partir dos anos 30 surgiram as primeiras propostas de inserção dos Estudos Sociais em substituição às disciplinas de História, Geografia e Civismo nos currículos das escolas primárias. A proposta de ensino de Estudos Sociais que surgiu nesse momento foi baseada no modelo vigente das escolas norte-americanas, que tinha como base teórica a psicologia cognitiva e apresentavam como principal objetivo a integração do indivíduo na sociedade (BITTENCOURT, 2011, p. 72-73). Ao longo das décadas de 30 e 60, algumas escolas experienciaram a disciplina de Estudos Sociais em seus currículos, mas a obrigatoriedade da disciplina em todo o sistema de ensino surgiu durante o período da ditadura civil-militar, mais especificamente a partir da década de setenta. (Araujo, 2015, p.74)

Apesar desse elemento, que nos elucida o contexto histórico, o livro de Moreira é de Geografia, destinado ao ensino médio. Assim, o autor afirma que o Ensino de Geografia no 1º grau segue uma perspectiva mais sintético-regional, partindo dos estudos da comunidade até atingir a escala do mundo. No entanto, para o 2º grau adota-se o enfoque analítico-geral; “É uma Geografia sistemática, preferentemente Humana e Econômica, com ênfase no espaço brasileiro” (Moreira, 1980, p.3). Moreira afirma que desta forma se completam os estudos iniciados no primeiro grau, podendo ser um ponto de partida para quem se interessa em realizar curso superior em Ciências Humanas.

O livro é organizado em seis unidades distintas. A primeira unidade, é um capítulo introdutório, apresenta a ciência geográfica. A segunda unidade explora o Espaço Natural, enquanto a terceira examina a população no espaço. A quarta

parte trata do Espaço Agrário, seguida pela quinta, que aborda o Espaço Industrial e Urbano. Por fim, a sexta e última unidade foca no Espaço Brasileiro. Segundo o autor, o livro é destinado principalmente para a utilização por estudantes do 2º grau (atual Ensino Médio) no componente curricular de Geografia que passou a ser uma disciplina obrigatória do currículo do segundo grau a partir da Lei 5692/71.

No capítulo introdutório denominado “A ciência geográfica”, o autor inicia o capítulo apresentado a etimologia da palavra Geografia, o autor explica que apenas a explicação do seu significado não consegue definir a natureza da ciência geográfica, ou seja, quando houve o surgimento da Geografia Científica foram fixados princípios metodológicos, que desta forma conferem a Geografia o grau de ciência. Para (Moreira, 1980, p. 9) estes princípios são:

da **extensão**, formulado por Friedrich Ratzel (1844-1904). Segundo esse princípio, é preciso delimitar o fato a ser estudado, localizando-o na superfície terrestre. Daí o recurso indispensável à Cartografia;

da **analogia** ou **Geografia Geral**, exposto por Karl Ritter (1779-1859) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918). Esses autores mostraram que é necessário comparar o fato ou área estudada com outros fatos ou áreas da superfície terrestre, buscando as semelhanças e diferenças existentes;

da **conexidade** ou **interação**, apresentado em especial por Jean Brunhes (1869-1930). Segundo esse autor, os fatos não estão isolados, mas, ao contrário, inseridos em um sistema de relações, tanto locais como interlocais. E, por isso, é preciso identificar esses elos;

da **causalidade**, formulado por Alexander von Humboldt (1769-1859). Diz a respeito à necessidade de explicar, dizer o **porquê** dos fatos;

da **atividade**, apresentado pelo mesmo Brunhes. Segundo esse princípio, os fatos têm um caráter dinâmico, mutável, o que implica conhecer o passado para entender o presente e prever sua evolução. (Moreira, 1980, p. 9)

Com base nesses princípios, o autor conclui que o objeto formal da Geografia consiste no estudo das relações locais entre fatores que diferenciam um lugar de outro, bem como nas relações entre diferentes lugares e áreas. Ele também usa a definição proposta por Hettner (1859-1941), ao afirmar: “Geografia é o estudo da diversidade regional à superfície terrestre e sua explicação” (Moreira, 1980, p. 10), ou seja, uma visão kantiana que pode também ser relacionada à geografia de R. Hartshorne.

Foi apresentado também neste capítulo a divisão que ocorre na Geografia entre Geografia Física e Geografia Humana. Ele as define da seguinte forma:

A Geografia Física é o estudo explicativo do espaço natural. A Geografia Humana é o estudo explicativo do espaço elaborado pelo homem. (Moreira, 1980, p. 10-11).

O autor explica que o homem ampliou o seu domínio sobre o espaço natural, alterando-a pela sua presença e atividade no espaço.

Moreira também apresenta neste capítulo introdutório, a ideia de que a partir da discussão da relação entre o homem e o espaço ocorreu o surgimento de diferentes concepções geográficas:

**Escola Determinista**, fundada por Ratzel (com o 1º volume da sua obra **Antropogeografia** - 1882). Teve vários seguidores até a primeira metade deste século, principalmente na América do Norte. Segundo essa concepção, o espaço natural determina as formas de sua ocupação por parte do homem. Assim, os povos litorâneos seriam pescadores, os de planalto seriam criadores e os de planície mais facilmente atingiriam o estágio agrícola.

**Escola Possibilista**, primeiramente defendida por La Blache e depois pela **escola francesa** por ele fundada. Segundo essa escola, a natureza exerce influências sobre o homem, mas este pode escolher e modificar o espaço físico, conforme suas capacidades desenvolvidas. O grande mestre francês falava em “possibilidades ambientais”, que poderiam ou não ser aproveitadas pelo homem. (Moreira, 1980. p. 12).

Quanto a essas concepções geográficas, pode-se afirmar que na realidade elas são frutos de momentos históricos diferentes, daí suas divergências. Assim, quando o homem ainda se achava dominado pelos condicionantes naturais, era cabível a interpretação ratzeliana. Mas, com o extraordinário desenvolvimento da ciência, já a partir do final do século passado e principalmente no atual, quando o homem se muniu de um instrumental tecnológico poderoso, tornaram-se reais conquistas notáveis sobre a natureza e, em razão disso, surgiu a concepção possibilista. (Moreira, 1980. p. 12).

Para o autor era importante apresentar durante a introdução do livro, o significado etimológico da Geografia, suas “divisões”, as concepções geográficas existentes, pois desta forma o aluno consegue observar que a Geografia não é um componente curricular que simplesmente surgiu e se tornou uma disciplina obrigatória, mas sim uma área que constitui a partir de diversos estudos com o passar dos séculos - a reconstrução da história da disciplina reforça a autoridade e a importância científica. Moreira encerra este capítulo apresentando a importância da Geografia para a nossa sociedade, ele afirma que:

Hoje em dia, quando tamanhas são as diferenças entre países e regiões e quando não é mais cabível a ação empírica e isolada na resolução de problemas agrários, industriais, urbanos e outros, a Geografia assume uma importância relevante no sentido de planejar a correção de distorções e de resolver problemas humanos.

Tendo uma visão sincrética do espaço, sua primeira e fundamental contribuição consiste em oferecer aos planejadores o quadro real e dinâmico da área (física e humana) passível de programação, possibilitando-lhes assim, diagnósticos precisos. Mas também no planejamento regional, a Geografia encontra aplicabilidade. Com efeito, como o planejamento é hoje uma atividade interdisciplinar, não deve dispensar o concurso da ciência que constitui o elo entre as que se

ocupam de problemas ou fatos com repercussão espacial. Dessa forma, como acontece em vários países, também no Brasil o geógrafo já vem colaborando com entidades oficiais, paraoficiais e mesmo particulares. Por outro lado, não menos importante, é a sua função cultural, que permite ao homem uma melhor compreensão do mundo em que vive, com suas particularidades locais e regionais, e com isso lhe dá melhores condições de conhecer e resolver os seus problemas. (Moreira, 1980, p.13)

Neste trecho, o autor destaca a importância do componente curricular de Geografia para o desenvolvimento da nossa sociedade por diversos motivos. A Geografia é considerada uma das áreas mais interdisciplinares, contribuindo significativamente para o entendimento das complexas interações entre o ambiente e a sociedade. É interessante observar a forma como a Geografia foi estudada durante este período. A seguir o sumário do livro destacando todos os pontos trabalhados:

Tabela 1 e 2 - Sumário do livro “O espaço geográfico”

ÍNDICE	SEGUNDA PARTE: A POPULAÇÃO NO ESPAÇO
<p><b>INTRODUÇÃO: A CIÊNCIA GEOGRÁFICA</b></p> <p>1. Conceito. 2. Divisão 3. Concepções 4. Importância</p> <p>Resumo</p>	<p><b>CAPÍTULO I - A distribuição geográfica da população</b></p> <p>1. A população mundial 2. Os fatores da distribuição 3. A superpopulação... 4. A repartição da população brasileira</p> <p>Resumo</p>
<p><b>PRIMEIRA PARTE: O ESPAÇO NATURAL</b></p> <p>CAPÍTULO I Os fatores naturais</p> <p>INTRODUÇÃO: O meio natural</p> <p>1. O clima 2. A vegetação 3. O solo 4. O relevo</p> <p>Resumo</p> <p>CAPÍTULO II - Os grandes domínios naturais</p> <p>1. Florestas equatoriais e tropicais 2. Savanas 3. Desertos e semidesertos 4. Florestas de folhas caducas 5. Campos temperados 6. Florestas de coníferas 7. Tundra 8. Zonas montanhosas</p> <p>Resumo</p>	<p><b>CAPÍTULO II - O crescimento da população</b></p> <p>INTRODUÇÃO: Taxas demográficas</p> <p>1. A expansão demográfica mundial 2. As diferenças de crescimento e suas implicações 3. O conflito população x alimentos e as soluções 4. O crescimento da população brasileira</p> <p>Resumo</p> <p><b>CAPÍTULO III - A estrutura da população</b></p> <p>1. População ativa e inativa 2. Atividades setoriais 3. População urbana e rural 4. Composição por idade 5. Padrões de vida 6. Doenças de massa</p> <p>Resumo</p> <p><b>CAPÍTULO IV - A estrutura da população brasileira</b></p> <p>1. A composição étnica 2. A composição etária 3. Os setores de atividades 4. A população urbana e rural 5. O padrão de vida</p> <p>Resumo</p> <p><b>CAPÍTULO V - Os movimentos da população</b></p> <p>1. O nomadismo e a transumância 2. As migrações 3. Imigração no Brasil 4. Migrações internas no Brasil</p> <p>Resumo</p>

Fonte: Moreira. 1980, p. 4-5.

<b>TERCEIRA PARTE: O ESPAÇO AGRÁRIO</b>	<b>QUARTA PARTE: O ESPAÇO INDUSTRIAL E URBANO</b>	<b>QUINTA PARTE: O ESPAÇO BRASILEIRO</b>
<p>CAPÍTULO I As atividades agrárias</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Características dos fatos agrários</li> <li>2. Os sistemas de uso da terra</li> <li>3. Os tipos de cultivo</li> <li>4. A dimensão das propriedades</li> </ol> <p>Resumo</p> <p>CAPÍTULO II A agropecuária no Brasil</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Características gerais</li> <li>2. As zonas agropastoris</li> <li>3. Os produtos agrícolas</li> <li>4. Os rebanhos brasileiros</li> <li>5. A estrutura fundiária e a reforma agrária</li> </ol> <p>Resumo</p> <p>CAPÍTULO III - O extrativismo vegetal e a pesca no Brasil</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O extrativismo vegetal</li> <li>2. A pesca</li> </ol> <p>Resumo</p>	<p>CAPÍTULO I - Industrialização e urbanização</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os tipos de indústria</li> <li>2. Os fatores da localização industrial</li> <li>3. A indústria no mundo</li> <li>4. O processo de urbanização e suas interligações com a indústria</li> </ol> <p>Resumo</p> <p>CAPÍTULO II - A indústria no Brasil</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A mineração</li> <li>2. As fontes de energia</li> </ol> <p>Resumo</p> <p>CAPÍTULO III O espaço urbano</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O sítio e a situação das cidades</li> <li>2. As funções urbanas</li> <li>3. A rede e a hierarquia urbana</li> <li>4. O crescimento urbano</li> <li>5. Problemas urbanos</li> </ol> <p>Resumo</p> <p>CAPÍTULO IV - A circulação</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Importância</li> <li>2. Os transportes e o comércio interno no Brasil</li> <li>3. O comércio exterior brasileiro</li> </ol> <p>Resumo</p>	<p>CAPÍTULO I - A diversidade espacial</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A heterogeneidade física e humana</li> <li>2. A divisão espacial</li> </ol> <p>Resumo</p> <p>CAPÍTULO II - As unidades regionais brasileiras e os órgãos de planejamento</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A Amazônia</li> <li>2. O Nordeste</li> <li>3. O Centro-Oeste</li> <li>4. O Sudeste</li> <li>5. O Sul</li> </ol> <p>Resumo</p> <p>BIBLIOGRAFIA</p>

Fonte: Moreira, 1980, p. 6-8.

## 4.2 - Análise e discussão da primeira unidade temática do Livro: O Espaço Natural

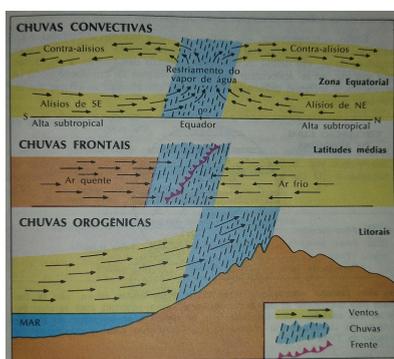
A segunda parte do livro denominada como “O Espaço Natural” é apresentada em dois subcapítulos, o primeiro apresentando o Meio Natural, em que são apresentados as características do clima, da vegetação, do solo e do relevo. Nessa parte, são descritos os processos de forma clara e coesa, apresentando ilustrações para ajudar na compreensão dos estudantes. Vejamos, por exemplo, a descrição de como ocorrem as chuvas:

A chuva, que é a mais importante das precipitações atmosféricas, decorre do resfriamento do vapor de água contido no ar. Isso se dá quando uma massa úmida sobe pelo aquecimento; quando encontra outra massa fria; ou ainda quando se eleva ante um obstáculo montanhoso e resfia. A temperatura, responsável pela evaporação, e os ventos são, pois, os principais fatores da precipitação pluvial.

Sendo assim, as zonas equatoriais, onde as pressões são baixas e a evaporação é intensa devido às altas temperaturas, apresentam chuvas abundantes, por causa da ascensão do ar oriundo das altas pressões subtropicais (chuvas convectivas); as zonas temperadas, em torno de 40° de latitude têm precipitações regulares, pelo encontro do ar subtropical (tépido e úmido) com os ventos frios de origem polar (chuvas frontais); e as encostas montanhosas, principalmente se voltadas para o mar, possuem maior pluviosidade do que as planícies de mesma latitude (chuvas orogênicas). (Moreira, 1980, p. 19).

Após esta explicação, o livro apresenta uma ilustração que demonstra como ocorrem os diferentes tipos de chuva e os fatores que influenciam sua ocorrência. É importante ressaltar que os professores devem utilizar em suas práticas diversos tipos de linguagens ao trabalhar os conteúdos com os estudantes. A seguir, encontra-se a ilustração que apresenta os tipos de chuva:

Figura 2 - Ilustração apresentando os tipos de chuva



Fonte: (Moreira, 1980, p.19)

No segundo subcapítulo, são apresentados os grandes domínios naturais, que incluem florestas equatoriais e tropicais, savanas, desertos e semidesertos, florestas de folhas caducas, campos temperados, florestas de coníferas, tundra e zonas montanhosas. Moreira aborda cada domínio, destacando suas principais características, localização, vegetação predominante e uma descrição geral do solo. Após explicar sobre cada domínio, o autor geralmente inclui uma foto correspondente no Brasil, buscando sempre aproximar o conteúdo à realidade dos estudantes. Há apenas alguns domínios para os quais ele não apresentou uma foto. Ao final de cada parte é apresentado o resumo de tudo que foi apresentado ao longo do capítulo em formato de tópicos para uma melhor compreensão por parte dos estudantes. A seguir resumo apresentando as características das florestas equatoriais e tropicais:

Tabela 3 - Resumo sobre as características das florestas equatoriais e tropicais.

FLORESTAS EQUATORIAIS E TROPICAIS
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Ocorrência:</b> na faixa equatorial, alargando-se nas costas dos continentes. No Brasil, são representadas pela Floresta Amazônica (tipo equatorial), pela Mata Atlântica do Paraná e do Paraguai (tipo tropical). pelas florestas dos vales</li><li>• <b>Clima:</b> temperatura média do mês mais frio superior a 18°C. Variação anual de temperatura inferior a 6°C. Chuvas bem distribuídas ao ano, em geral, com dois máximos; mas pode haver uma temporada seca, como ocorre no sudeste Asiático.</li><li>• <b>Vegetação:</b> floresta de folhas perenes, grandes e largas. Grande riqueza florística, com elevado número de espécies e reduzido número de indivíduos de mesma espécie por área geográfica, o que prejudica a exploração racional das espécies de valor econômico, escalonada em andares sucessivos, impenetrável e úmida. Rica em madeiras de lei.</li><li>• <b>Fauna:</b> rica em animais de pequeno porte, como répteis, ofídios, aves e insetos.</li><li>• <b>Solos:</b> profundos e argilosos, mas em geral ácidos e pobres. Problemas de lixiviação, com o carregamento dos nutrientes solúveis; erosão, que é agravada pelo desmatamento; e formação de crostas ferro-aluminosas (lateritas). Seu aproveitamento continuado requer técnicas adequadas de uso. Constituem exceções os solos de origem vulcânica do sudeste Asiático.</li></ul>

Fonte: Moreira, 1980, p. 44.

### 4.3 - Análise e Debate da Segunda Parte do Livro : A População no Espaço

Na segunda unidade temática do livro aborda-se a população no espaço, se organizando em cinco capítulos que abordam os seguintes temas: a distribuição geográfica da população, o crescimento da população, a estrutura da população, a estrutura da população brasileira e, ao fim, são apresentados os movimentos de população. Ao abordar a política demográfica brasileira, o autor menciona o ano de 1974 como o momento em que o governo estruturou sua política populacional. Para ilustrar essa afirmação, o autor cita os seguintes fatores:

- o país possui uma baixa densidade populacional, que é de 13 hab./km<sup>2</sup>;
- estão sendo criadas as condições para a ocupação efetiva dos vazios demográficos, mediante uma infra-estrutura viária, incentivos fiscais e colonização dirigida, o que permitirá uma melhor distribuição da população;
- o crescimento econômico do país tem sido elevado nos últimos anos, apesar de ter caído, em 1977, para 4,7%, o que não deixa de ser ainda uma taxa razoável;
- o atual crescimento favorece, além do povoamento de muitas áreas quase desocupadas, a abertura de novas atividades, que vão absorver paulatinamente a mão-de-obra ociosa e reduzir o subemprego;
- A expansão demográfica pode constituir um fator para o crescimento econômico, na medida em que é mobilizada como investimento-trabalho.

Observa-se que o autor destaca o crescimento do país durante esse período, que compreende o Governo Médici (1969-1974). Ele apresenta a ideia do Brasil se tornar uma potência nacional, refletindo o contexto em que estava inserido. Diversos autores abordam sobre a má distribuição de renda no país durante o período e como os indicadores sociais diminuíram durante o período. Segundo Araujo (2015, p. 107), no governo Médici (1969-1974), a ideia que se difundia era que o Brasil estava indo em direção a um novo patamar, o de “Brasil Potência” , essas ideias acabaram servindo de propaganda para o regime, que ao mesmo tempo buscava por legitimidade. Porém, o censo brasileiro de 1970 mostrou que a distribuição de renda havia piorado em relação aos dados que foram apresentados em 1960 (PRADO: EARP, 2013, p. 228). Araujo (2015, p. 107) afirma que a conclusão apresentada por Igor Moreira ao final desta unidade não condiz com a análise apresentada por Prado e Earp (2013), pois ele afirmava que houve um aumento do bem-estar da população brasileira, como pode-se ver a seguir:

Além disso, o progresso econômico que se verifica, deverá repercutir na elevação do nível socioeconômico e cultural da

população, criando condições para o voluntário planejamento familiar. Desse modo, a espiral demográfica tenderá a ser naturalmente freada. (MOREIRA, 1980. p. 73)

Podemos entender que o autor acreditava que o avanço econômico observado durante o período traria uma melhoria no bem-estar da população. Ele esperava que a prosperidade econômica criasse condições para o desenvolvimento social, proporcionando maior acesso à cultura e à educação. Contudo, o uso do termo “planejamento familiar”, pode denotar uma perspectiva neomalthusiana, muito presente na obra de P. George e Y. Lacoste, que viam o crescimento demográfico como um empecilho para o desenvolvimento econômico.

Durante o capítulo que aborda sobre a estrutura populacional brasileira, o autor abre o capítulo caracterizando a composição étnica do Brasil, segundo o autor:

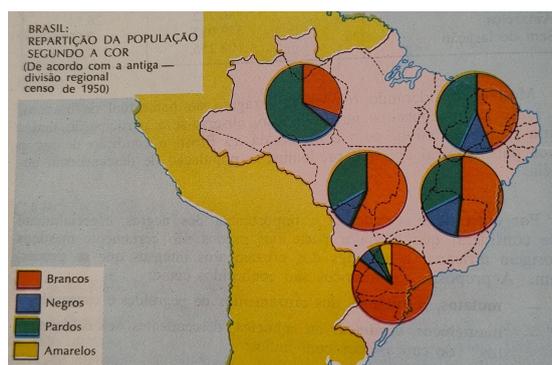
A formação étnica do Brasil decorre basicamente da combinação de dois grupos formadores: caucasóides europeus e negróides africanos, além da menor contribuição do indígena e, no presente século, do mongoloide asiático. (Moreira, 1980. p. 96)

O autor minimiza a importância da população indígena na constituição da população brasileira, afirmando que sua influência é menor no conjunto do país, sendo significativa apenas nas regiões onde não havia agricultura voltada para a exportação. Em contrapartida, ele destaca a importância da população negra, especialmente ao considerar que a maioria dos pardos no Brasil são mestiços de origem africana. Os amarelos, para o autor, correspondem aos povos asiáticos do Extremo Oriente, principalmente japoneses, que, ao se relacionarem com os europeus, fazem surgir um tipo conhecido como **ainocô**<sup>1</sup>, frequente em São Paulo (Moreira, 1980, p.98). Para ilustrar a heterogeneidade étnica do Brasil, o autor apresenta um mapa que mostra a distribuição étnica com base na antiga divisão regional do país, utilizando dados coletados durante o Censo de 1950. Tal discussão sobre raça, pode denotar uma inércia, ou seja, desde o início do século XX, a discussão sobre tal temática foi amplamente difundida nos livros didáticos de Geografia.

---

<sup>1</sup> é um termo usado no Japão para designar o mestiço filho de uniões entre japoneses e outros povos

Figura 3 - Mapa apresentando a divisão da população a partir da cor da pele.



Fonte: Moreira, 1980, p. 98

Moreira também aborda, neste capítulo, discussões sobre o padrão de vida do brasileiro. Ele afirma que o nível de vida no país não é alto, mas ressalta o ritmo do crescimento populacional, que ele considera um dos mais altos do mundo. A seguir, apresenta-se um gráfico que representa o crescimento do PIB no Brasil:

Figura 4: Crescimento do PIB no Brasil



Fonte: Moreira, 1980, p. 105

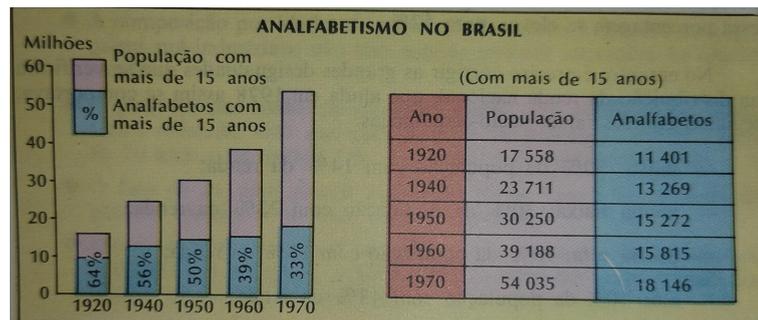
Moreira afirma que um dos fatores para a melhora do PIB em 1974 foi o aumento dos investimentos em educação. Na década de 1970, a taxa de escolaridade dos estudantes até o 1º grau era de apenas 70%; dos 22,3 milhões de alunos, apenas 15,7 milhões frequentavam a escola. Com o analfabetismo ainda atingindo 39% da população, a rede escolar foi ampliada e, com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização, estimava-se que o analfabetismo seria eliminado até 1990. Segundo Araujo:

Como citado pelo autor, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, mais conhecido como MOBRAL, foi criado em 1967 para promover a “alfabetização funcional”, mas cabe ressaltar que só começou a atuar

mais efetivamente a partir de 1970. Na avaliação de Gadotti, em termos quantitativos, o programa de alfabetização de jovens e adultos deu certo, pois reduziu, em cinco anos (1970-1975), de 33% para 11,8% o número de analfabetos. (Araújo, 2015, p.109).

Para ilustrar as melhorias, o autor apresenta um gráfico que detalha a evolução das taxas de analfabetismo entre indivíduos com mais de 15 anos, ao longo do período de 1920 a 1970. A seguir a representação presente no livro:

Figura 5 - Taxa de Analfabetismo no Brasil



Fonte: Moreira, 1980, p. 105

Outro fator apresentado por Moreira foi o aumento de estudantes matriculados em universidades no Brasil, ressaltando que no período de 1969 a 1973 o número de estudantes matriculados quase triplicou de tamanho, como é apresentado no quadro a seguir:

Tabela 4 - Número de universitários no Brasil

1966	1969	1973	1978
180000	342000	800000	1100000

Fonte: Moreira, 1980, p. 106

O autor encerra o capítulo discutindo a renda per capita do Brasil, que, apesar de ainda ser baixa, vem aumentando continuamente, ultrapassando os US\$900. Embora se estimasse que o valor alcançaria US\$1500 até o final da década de 1980, o autor destaca o avanço significativo observado entre 1960 e 1973. Na década de 1960, apenas 30% da população recebia um salário igual ou superior ao salário mínimo, enquanto em 1973 essa porcentagem havia aumentado para 52%. Mesmo com esse avanço significativo o autor admite que ainda existe grandes desigualdades no Brasil na distribuição da renda, ele apresentou as faixas de renda da seguinte forma:

Tabela 5 - Renda per Capita do Brasil em 1978

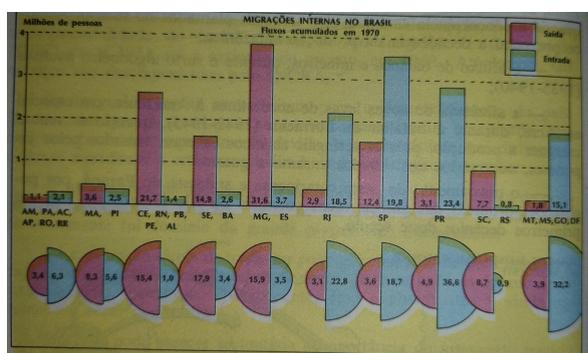
**baixa:** 50% da população com 14% da renda;  
**média baixa:** 30% da população com 23% da renda;  
**média alta:** 10% da população com 15% da renda;  
**alta:** 10% da população com 48% da renda.

Fonte: Moreira, 1980, p. 106. Elaborado pelo autor

Durante a leitura e análise deste capítulo, observamos que Igor Moreira enfatiza a importância das medidas implementadas pelo regime vigente. Ele destaca que os investimentos realizados têm a expectativa de trazer melhorias significativas para a sociedade brasileira a longo prazo. Embora o autor reconheça as desigualdades existentes no país, ele também ressalta que o governo está empenhado em investir na melhoria desses cenários. Compreende-se também que o período em que o autor estava inserido era marcado pela repressão, em que críticas às políticas e práticas adotadas pelo governo militar eram fortemente censuradas e desencorajadas. A inserção de certos raciocínios que valorizam a geografia econômica, da população, bem como estratégias de desenvolvimento, podem, mais uma vez ser uma marca da influência de autores como P. George e Y. Lacoste que usam esses mesmos parâmetros para suas análises geográficas.

O autor encerra esta unidade com um capítulo dedicado aos movimentos da população, abordando as migrações internas e externas e como elas ocorreram no país. Ele apresenta de forma breve os períodos de imigração no Brasil e as migrações internas, ilustrando com um gráfico que mostra a porcentagem de entradas e saídas nos estados brasileiros. A seguir, encontra-se o gráfico que apresenta os fluxos migratórios internos.

Figura 6 - Migrações internas<sup>2</sup> no Brasil até 1978.



Fonte: Moreira, 1980, p. 118.

<sup>2</sup> Os números nas barras indicam a porcentagem em relação ao total de migrantes e nos semicírculos a porcentagem em relação à população da área ou Estado.

Com base nas informações apresentadas no gráfico, podemos concluir que durante os anos de 1970 os estados com as taxas mais altas de migração de população são os estados do Nordeste e Minas Gerais. Em contrapartida, os estados que mais recebem população são Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e os estados do Centro-Oeste.

#### 4.4 Análise e Debate da Terceira Parte do Livro: O Espaço Agrário

A terceira unidade temática do livro descreve o espaço agrário, o autor faz uma apresentação geral sobre as atividades agrárias, descrevendo a dependência que a agricultura possui em relação aos fatores naturais e cada tipo de planta cultivada se desenvolve em determinadas condições climáticas, desta forma o autor classifica em plantas tropicais e em plantas temperadas, a seguir apresento a tabela utilizada pelo autor para a classificação das plantas:

Tabela 6 - Plantas alimentícias que se desenvolvem em climas tropicais e em climas temperados.

<b>Plantas alimentícias</b>	<b>Climas tropicais</b>	<b>Climas temperados</b>
<b>Cereais</b>	arroz, milho, sorgo, milhete	trigo, centeio, cevada, aveia
<b>Feculentas</b>	batata-doce, mandioca, inhame	batatinha
<b>Sacaríferas</b>	Cana-de-açúcar	beterraba
<b>Bebidas</b>	café, chá, cacau	vinha
<b>Frutas</b>	banana, abacaxi	maçã, uva, pêssego
<b>Leguminosas</b>	feijões	ervilhas

Tabela 7 - Plantas industriais que se desenvolvem em climas tropicais e em climas temperados.

<b>Plantas industriais</b>	<b>Climas tropicais</b>	<b>Climas temperados</b>
<b>Têxteis</b>	algodão, juta	linho
<b>Borracha</b>	seringueira, caucho	—
<b>Madeiras</b>	jacarandá, mogno, cedro	pinho, carvalho
<b>Oleaginosas</b>	amendoim, castanha, babaçu, carnaúba	oliveira, girassol, colza
<b>Fumo</b>	tabaco, papoula	—

Fonte: Moreira, 1980, p.123.

O autor apresenta os sistemas intensivos de terra, fazendo um comparativo entre os sistemas mecanizados e os sistemas por trabalho, Moreira descreve estes sistemas da seguinte forma:

**por mecanização**, como na América do Norte, onde as médias e grandes propriedades são exploradas com pouca mão-de-obra e alta tecnologia e mecanização, o que dá excepcionais rendimentos por unidade de superfície;

**por trabalho**, como ocorre no sudeste Asiático, onde uma abundante mão-de-obra, empregando grandes cuidados manuais, é mobilizada em pequenas propriedades. Aí se obtêm, há séculos, bons rendimentos com a rizicultura irrigada sem mecanização. Tal sistema é conhecido como jardinagem de tipo oriental. (Moreira, 1980, p. 126).

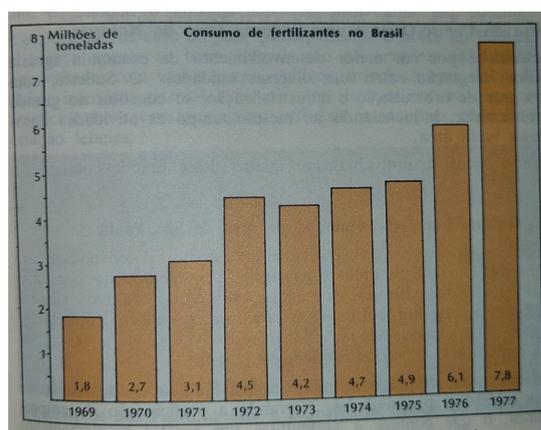
Moreira também ressalta que é importante que o agricultor faça a rotação das culturas, pois desta forma os produtores terão uma oferta mais diversificada de produtos, e também auxiliando na recuperação dos solos.

No capítulo II deste módulo, o autor caracteriza a agropecuária no Brasil. Ele inicia afirmando que, historicamente, o país possui grandes extensões de terra que favorecem os sistemas extensivos de produção.

Historicamente, os grandes espaços disponíveis favoreceram a implantação de sistemas extensivos, até predatórios de uso da terra, com as grandes lavouras monocultoras que exaurem o solo, não raro, até o seu esgotamento. Tanto foi significativa a monocultura, que é comum a vinculação regional de certos produtos, como a cana-de-açúcar no Litoral Nordestino, o fumo no Recôncavo Baiano, o cacau no sul da Bahia, e, até bem pouco tempo, o café em São Paulo. (Moreira, 1980, p.137).

É interessante notar que o autor afirma que o Brasil pode reconhecer suas particularidades climáticas e que, para solucioná-las, é necessário tomar medidas mais adequadas e rápidas. Ele destaca o uso de maquinários mais modernos e a intensificação do uso de fertilizantes, apresentando um gráfico que mostra o aumento significativo do consumo de fertilizantes no país ao longo dos anos.

Figura 7 - Consumo de fertilizantes no Brasil de 1969 a 1977



Fonte: Moreira, 1980, p. 137.

No intuito de apresentar todas as características da agropecuária no Brasil, Moreira descreveu cada uma das regiões do país, detalhando as Zonas Agropecuárias. Ele destacou as características de cada zona, sua localização geográfica e os produtos cultivados em cada uma delas. Como exemplo, apresento a descrição da Zona da Campanha Gaúcha:

A extremidade meridional do Brasil se individualiza pela presença de campos limpos, desenvolvidos em ambiente subtropical úmido, o que concorre para a existência de boas pastagens nativas.

Caracteriza-se essa zona pela fraca densidade demográfica e pela criação, em grandes propriedades, de espécies bovinas de origem europeia, juntamente com a ovinocultura, que faz desta zona a grande produtora de lã no país.

A pecuária é ainda extensiva, se bem que melhorada, pois inclui rotação de campos e certos cuidados com o gado. Aos poucos vão se difundindo as pastagens artificiais, com as quais se poderá evitar o crônico problema da entressafra, quando o gado perde peso com a queima dos campos pelas geadas do inverno (Moreira, 1980, p.142).

Após descrever cada uma das zonas agropecuárias do país, ele apresenta os produtos agrícolas mais predominantes no Brasil. Destacam-se o café, milho, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, algodão, trigo, cacau e soja. O autor

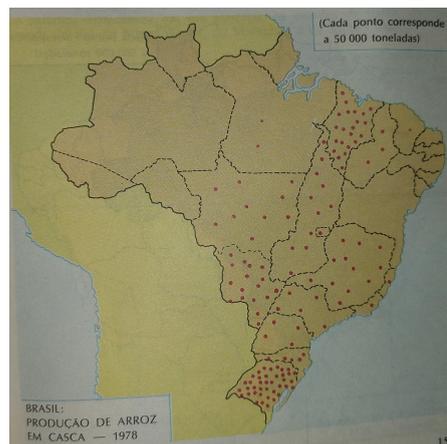
discorre sobre a origem de cada planta, suas características, e os estados com maior produção. Ao final da seção, ele inclui um mapa do Brasil indicando os locais onde essas plantações são realizadas. A seguir, apresentarei a descrição feita pelo autor sobre o plantio de arroz, seguida do mapa que mostra as áreas com maior incidência de plantio de arroz no país.

Originário da Ásia, o arroz é o cereal de maior rendimento quantitativo por unidade de superfície.

Há o arroz de várzea, cujo cultivo exige grande quantidade de água, e o arroz de sequeiro ou de planalto, plantado sem irrigação. No Brasil, as espécies mais difundidas são cultivadas em terrenos inundados, que dão um produto de melhor qualidade. Entretanto, no Centro-Oeste e no Maranhão, principalmente, as lavouras sem regadio são muito praticadas.

O Brasil é o maior produtor da América Latina e o oitavo do mundo. Rio Grande do Sul, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás são os grandes produtores do país (Moreira, 1980, p.153).

Figura 8 - Mapa com a produção de arroz no Brasil em 1978.



Fonte: Moreira, 1980, p.153.

O autor também apresenta os tipos de rebanhos predominantes no Brasil. Até os anos 1980, os rebanhos mais comuns no país eram bovinos, suínos, ovinos, caprinos, asininos e equinos.

Moreira encerra este capítulo apresentando a estrutura fundiária predominante no Brasil e a questão da Reforma Agrária. É importante considerar que esta temática era sensível durante o período da Ditadura (1964-1985), quando o autor escreveu o livro. A Reforma Agrária já era uma política pública defendida pelo então presidente João Goulart (1961-1964), mas suas pautas reformistas não foram bem recebidas por parte da mídia e da sociedade civil, contribuindo para o Golpe Civil Militar de 1964.

O autor argumenta que o Censo de 1970 apresentou um panorama diferenciado sobre a distribuição das propriedades rurais no Brasil, utilizando uma tabela com dados do Anuário Estatístico do Brasil de 1974.

Tabela 8 - Censo agrário de 1970

Tamanho das propriedades	Imóveis		Área total		Pessoas ocup. (%)	ha/pessoa
	N.º	%	ha	%		
-- 10	2524982	51,2	9110960	3,1	40,1	1,25
10 a menos de 100	1935130	39,2	60162785	20,5	42,5	7,80
100 a menos de 1000	415224	8,8	108909743	37,1	14,5	41,63
1000 a menos de 10000	35772	0,7	80398983	27,6	2,6	167,73
+10000	1391	0,02	34429697	11,7	0,3	783,42

Fonte: Moreira, 1980, p.161

De acordo com o quadro apresentado pelo autor, 51,2% dos proprietários rurais possuíam apenas 3,1% das terras aproveitáveis, enquanto menos de 8% dos proprietários detinham quase 40% da área total dos estabelecimentos rurais. Moreira afirma que a partir destes dados podemos concluir que:

- a maioria dos proprietários rurais são pequenos proprietários;
- uma parcela mínima de proprietários dispõe de grandes extensões territoriais;
- a grande força de trabalho rural está concentrada nas pequenas propriedades, o que cria uma série de problemas, como o baixo rendimento individual e a dificuldade de mecanização do campo;
- Apesar de os grandes proprietários (com mais de 1000 ha) possuírem grande parte das terras do país (39,3% da área total dos imóveis), empregam 2,9% da mão de obra rural, o que, face à reduzida mecanização ainda existente, indica a ocorrência de grandes espaços ociosos. (Moreira, 1980, p.161)

É possível perceber que as grandes desigualdades na distribuição das terras no Brasil têm suas raízes na evolução histórica do país. Segundo Moreira, essas desigualdades representam obstáculos ao desenvolvimento nacional, tornando essencial a implementação de correções. Para isso, o processo de reforma agrária é fundamental.

O historiador Caio Prado Júnior (1907-1990), afirmava que a reforma agrária era necessária no Brasil. Segundo Lima (1999, p. 126), para a reforma agrária realizar-se de forma clássica, com a apropriação da terra pelos trabalhadores era

necessário a mobilização social e a criação imediata da capacidade em empreendimentos agrários alternativos à empresa agromercantil. Para Lima, Caio Prado Júnior não via a existência de nenhum destes fatores. Caio Prado Júnior era crítico das frágeis relações de trabalho no campo e por esse motivo sugeriu um conjunto de medidas para regular estas relações de trabalho como é explicitado por Lima (1999, p. 133)

Formuladas originariamente como formas de adaptação do capitalismo agrário à economia especulativa, as especificidades das relações de trabalho rural resumiam-se na criação de formas mistas de remuneração da força-de-trabalho, onde o pagamento de salários em dinheiro encontra-se de vários modos combinado com a repartição de produtos e a permissão de uso autônomo da terra concedida pelo proprietário-capitalista ao trabalhador rural. Consagrar estas formas de remuneração, regulamentando sua prática, foi a maneira sugerida por Caio Prado Júnior para combater o poder discricionário do proprietário fundiário que, ao sabor de suas prioridades, modificava as formas primeiramente contratadas, a cada safra ou período regular de realização de lucros da unidade de produção. (LIMA, 1999, p. 133)

Moreira destaca que a reforma agrária não é apenas a distribuição ou redistribuição das terras, pois para ele não faria sentido a posse de terra sem as devidas condições ou recursos necessários para a exploração rural. Sobre a reforma agrária o autor faz a seguinte complementação:

Reforma agrária inclui ensino rural, assistência agrônômica, irrigação ou drenagem, correção de solos e combate à erosão, crédito rural, mecanização, sistemas de transportes, etc. (Moreira, 1980, p. 162)

Ao descrever as ações do governo sobre o tema, o autor menciona a criação do Estatuto da Terra pela Lei n.º 4504, de 30 de novembro de 1964, que seria a base para a “verdadeira” Reforma Agrária no Brasil. Para implementar a Lei, foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), posteriormente auxiliado pelo Instituto Nacional para o Desenvolvimento Agrário (INDA). Em 1970, ambos foram unificados em um único órgão, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Moreira descreve as definições estipuladas pelo Estatuto da Terra, afirmando que os imóveis rurais são tomados como referência à propriedade familiar. Isso significa uma propriedade onde quatro pessoas adultas possam morar, com uma área compatível com as condições naturais e econômicas de cada região, permitindo um bom nível de rendimentos e de vida. Com base no módulo

rural, cuja dimensão varia de uma região para outra no país, o autor apresenta o seguinte exemplo para elucidar essa diferença:

Uma zona hortigranjeira ou de policultivo comercial terá um módulo rural muito menor do que uma zona de pecuária extensiva ou de exploração florestal, como na Amazônia, onde se faz necessário a grande propriedade. (Moreira, 1980, p. 163)

Desta forma, cada região do país possui sua própria medida de módulo rural, o que, de certa forma, gera desigualdades na distribuição das terras pelo país. Segundo o Estatuto da Terra, os imóveis rurais são classificados da seguinte forma:

**minifúndio**, quando a extensão de terras é inferior a um módulo rural e, portanto, antieconômica, exigindo o remembramento;  
**latifúndio** por dimensão, quando, independentemente do seu uso, a propriedade possui mais de 600 vezes o módulo rural da região;  
**latifúndio por exploração**, quando o imóvel, que possui mais de uma e menos de 600 vezes o módulo regional, não é explorado convenientemente, e apresenta problemas de ordem econômica e/ou social;  
**minifúndio**, quando a extensão de terras é inferior a um módulo rural e, portanto, antieconômica, exigindo o remembramento;  
**empresa rural**, quando a propriedade possui de 1 a 600 vezes o módulo rural da região e é explorada racional e convenientemente, com bons resultados econômicos e sem tensões sociais. (Moreira, 1980, p. 163)

A partir da classificação proposta pelo Estatuto da Terra foi realizado em 1967, o Primeiro Cadastramento rural no Brasil, e, já no ano de 1972 realizou-se um recadastramento, cujos os resultados foram apresentados no quadro a seguir:

Tabela 9 - Recadastramento Rural - 1972

	Minifúndio		Empresa rural		Latifúndio por exploração		Latifúndio por dimensão		Total
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Imóveis	2477637	71,6	164714	4,7	817469	23,6	228	0,01	36400848
Área (ha)	47015492	11,9	36332302	9,2	287143260	73,0	22739175	5,9	393230230

Fonte: Moreira, 1980, p.163

Podemos verificar que a partir deste recadastramento realizado em 1972, 71,6% dos imóveis rurais são minifúndios, as quais cobrem apenas 11,9% do total de propriedades rurais. Já os latifúndios correspondem por apenas 23% dos

imóveis, representando quase 79% da área total dos estabelecimentos rurais, desta forma já se torna possível observar a grave distorção na estrutura fundiária do Brasil. Moreira lamenta estas distorções e sugere que em um cenário considerável ideal todos os imóveis rurais deveriam ser empresas rurais, desta forma teriam uma alta produtividade e boas relações sociais. O autor também apresenta as formas que a reforma agrária brasileira se organiza, estimando que, no longo prazo, o país teria o seu devido progresso econômico:

Neste sentido se orienta a Reforma Agrária Brasileira. Com efeito, criando as condições que competem ao poder público, ela estimula o remembramento dos minifúndios e o cooperativismo, ao mesmo tempo em que força os latifúndios a se tornarem empresas rurais. Isso é feito através do controle creditício, dos impostos rurais e encargos fiscais e, em último caso, das desapropriações por interesse social. Nessas condições, a tendência é o aumento do número de empresas rurais que, sendo organizadas em função dos mercados de consumo e respeitando os interesses sociais, deverão melhorar o panorama rural do país, contribuindo assim para o seu progresso econômico e social (Moreira, 1980, p. 164).

Ao final deste capítulo, conclui-se que o autor reconhece as desigualdades e a má distribuição das terras no Brasil, caracterizando isso como um problema crônico do país. Ele ressalta a necessidade de uma Reforma Agrária e destaca as políticas públicas apresentadas pelo Governo Federal, como a promulgação do Estatuto da Terra, como um marco importante. Estudos sobre a Reforma Agrária, como os apresentados por Caio Prado Jr., se destacam nesse contexto. O autor aponta que, se essas políticas forem implementadas corretamente, elas poderão trazer benefícios significativos, além de impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Nota-se, então, além de uma dimensão descritiva, uma preocupação propositiva sobre os problemas e o desenvolvimento brasileiro. Apesar de não termos uma crítica franca do regime, o reconhecimento das desigualdades de renda e propriedade da terra, tocam em pontos importantes que mostram as situações geográficas contrastantes da realidade brasileira.

#### 4.5 Análise e Debate da Quarta Parte do Livro: O Espaço Industrial e Urbano

A quarta e penúltima unidade temática do livro aborda o espaço industrial e urbano. No primeiro capítulo dessa unidade, são discutidos a industrialização e a urbanização. O autor explora os diferentes tipos de indústrias existentes no mundo, os fatores que influenciam a localização industrial, as principais indústrias globais, além dos processos de urbanização e sua relação intrínseca com a industrialização. As informações neste capítulo são apresentadas de forma mais geral, proporcionando uma visão abrangente desses temas.

O segundo capítulo desta unidade é o que darei maior destaque. Nele, o autor apresenta informações detalhadas sobre a indústria no Brasil, descrevendo cada setor de atuação no país. O capítulo começa com uma análise da mineração, destacando as principais reservas minerais brasileiras. No entanto, o autor também observa que o Brasil possuía uma dependência mineral maior do que a produção interna, atribuída a diversos fatores, como a exploração insatisfatória, a falta de financiamentos e a deficiência nos sistemas de transporte. Apesar dessas questões, o autor mantém uma visão otimista sobre o futuro da mineração nacional. Para Moreira, “a tendência é a alteração desse quadro, a começar pelo levantamento geológico de áreas até então desconhecidas, que precede ou acompanha a abertura das grandes rodovias nacionais” (Moreira, 1980, p. 196), movimentos importantes consolidados por políticas públicas durante o regime militar.

O autor afirma que a partir do estágio de conhecimento que se havia sobre o subsolo brasileiro as reservas minerais poderiam ser classificadas em:

- **Reservas abundantes:** ferro, manganês, cassiterita, níquel, bauxita, cristal de rocha, potássio, zircônio, berilo, magnesita, calcário, sal-gema e tório.
- **Reservas suficientes:** zinco, chumbo, fluorita e xistos.
- **Reservas deficientes:** ouro, prata, platina, antimônio, cromo, cobre, enxofre, petróleo, carvão e gás natural (Moreira, 1980, p. 196-197).

O autor também aborda a mineração de ferro e a siderurgia, destacando que a mineração de ferro era a principal atividade extrativista no país. As reservas de minério de ferro eram estimadas entre 40 e 50 bilhões de toneladas. Aproximadamente 60% da produção de minério de ferro era exportada, sendo que

70% dessa exportação era realizada pela Companhia Vale do Rio Doce<sup>3</sup>, com sede em Vitória. Moreira afirmava que a siderurgia nacional enfrentava dois problemas: a carência de transportes e a falta de combustível, o que impedia o transporte das mercadorias para serem exportadas. Entretanto, ele destaca que o Brasil possuía as três maiores siderúrgicas da América Latina, a de Volta Redonda, pertencente a Companhia Siderúrgica Nacional<sup>4</sup>, a Usiminas<sup>5</sup>, em Minas Gerais e a COSIPA<sup>6</sup> no litoral paulista.

Moreira também descreve as fontes de energia brasileira, destacando as reservas de carvão mineral nacional, que em sua maioria são obtidas na borda oriental da Bacia do Paraná, no Baixo Amazonas e na Bacia do Parnaíba. Ele dá um maior destaque à produção de petróleo, que começou efetivamente após a criação da Petrobras em 3 de outubro de 1953 pelo então presidente Getúlio Vargas, Moreira faz os seguintes destaques sobre a produção nacional:

A produção nacional atende menos de um quinto do consumo interno e é obtida, em cerca de 70%, dos poços do Recôncavo Baiano. O restante provém, em sua maior parte, de Sergipe, tanto de poços litorâneos, onde se sobressaem os de Carmópolis, como da plataforma continental.

A produção nacional de derivados satisfaz integralmente as necessidades internas. A Petrobras processa 98% do petróleo refinado no país, cabendo o pouco restante às refinarias particulares: Ipiranga no Rio Grande do Sul (Rio Grande) e Manguinhos no Estado do Rio de Janeiro (Moreira, 1980, p. 204).

Podemos observar que o objetivo deste texto sobre a Petrobras é propagar as ações tomadas pela empresa estatal, ressaltando o seu monopólio de pesquisa, lavra, extração, refino, e transporte do óleo e seus derivados. O autor em diversos momentos ressalta a grandiosidade da Petrobras, como no trecho a seguir:

Sendo a maior empresa nacional e a 37.<sup>a</sup> do mundo, a Petrobrás encontra-se em fase de grande expansão, na tentativa de acompanhar o aumento crescente da necessidade do país. A FRONAPE<sup>7</sup> já possui mais de 50 navios-tanques; além disso, já são utilizados mais de 1500 km de oleodutos para o transporte do óleo bruto (Moreira, 1980, p. 205).

Para esclarecer essas afirmações, o texto é ilustrado com um gráfico que mostra o consumo e a importação de petróleo no Brasil, além de um esquema que

---

<sup>3</sup> Antiga estatal de mineração, privatizada em 1997 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

<sup>4</sup> Antiga estatal, privatizada em 1993 durante o governo de Itamar Franco.

<sup>5</sup> Antiga estatal, privatizada em 1991 durante o governo de Fernando Collor de Mello.

<sup>6</sup> Antiga estatal, privatizada em 1993 durante o governo de Itamar Franco.

<sup>7</sup> Frota Nacional de Petroleiros, criada em 1950 por meio do decreto nº 28.050, assinado pelo presidente Dutra. Em 1998 seus navios foram incorporados à recém-criada Petrobras Transporte S.A - Transpetro.

detalha as refinarias da Petrobras, incluindo aquelas sob administração direta, em construção e sob controle acionário.

Figura 9 - Refinarias da Petrobras

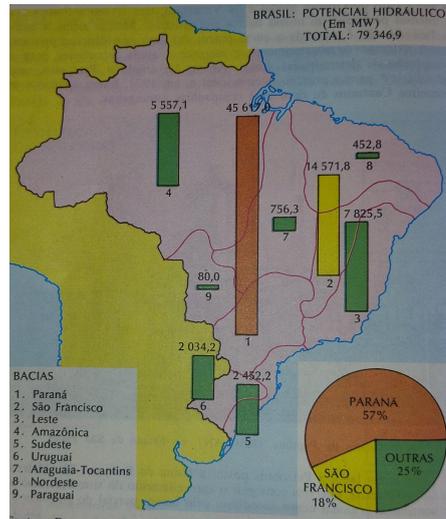


Fonte: Moreira, 1980, p. 204.

O autor ressalta o potencial hídrico do Brasil, apontando que, ao contrário das fontes de energia térmica, o país possui uma riqueza excepcional em seus cursos de água bem drenados. Nessas condições, Moreira afirma ser natural que cerca de 80% da potência instalada em nossas usinas provenha de geradores hidráulicos, enquanto apenas 20% seria fornecida por geradores térmicos, sendo que se sobressai uma visão otimista de que o consumo de energia térmica no Brasil será reduzido com o passar dos anos.

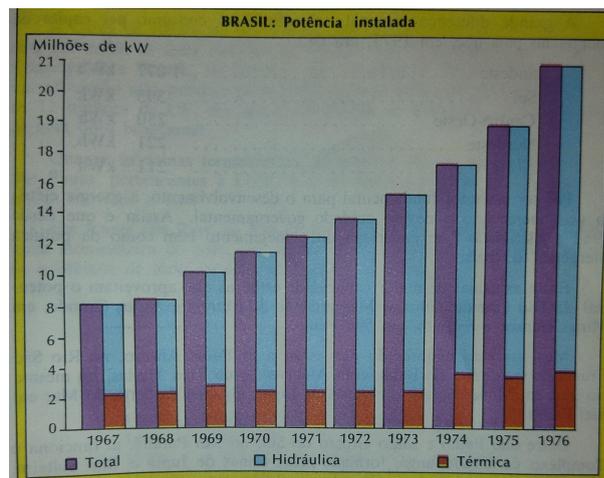
Moreira apresenta a seguir um mapa com o potencial hidráulico do país e uma tabela onde apresenta a potência instalada no Brasil entre 1967 a 1976.

Figura 10 - Potencial hidráulico do Brasil (Em MW)



Fonte: Moreira, 1980, p. 206

Figura 11 - Potencia de energia instalada entre 1967 - 1976



Fonte: Moreira, 1980, p. 207

A partir da distribuição regional da energia elétrica no país apresentada em 1976 é possível observar a desigualdade dessa distribuição pelo território nacional, Moreira apresenta estes números na tabela a seguir:

Tabela 10 - Potência instalada (MW) por região em 1976

Região	Hidráulica	Térmica	Total
Sudeste	12318	1825	14143
Sul	1804	820	2624
Nordeste	1692	251	1943
Centro-Oeste	1821	71	1892
Norte	40	418	458
Brasil	17675	3385	21060

Fonte: Moreira, 1980, p. 207

Com base nos dados apresentados, podemos concluir que a região Sudeste concentra 67% da potência instalada nacional. No Sul, as termelétricas representam cerca de 31% do total da capacidade energética da região. Já na região Norte, o aproveitamento significativo do potencial hidráulico só começou em 1980. Essas diferenças regionais impactam diretamente no consumo per capita de energia. Conforme aponta Moreira, em 1976, as regiões possuíam os seguintes valores de consumo per capita de energia elétrica: Sudeste 1077 kWh, Sul 395 kWh, Centro-Oeste 250 kWh, Nordeste 221 kWh e Norte 211 kWh. O autor também destaca que o setor energético é fundamental para o desenvolvimento do país. Por esse motivo, a Eletrobrás<sup>8</sup> é responsável pelo planejamento e pela implementação da política energética nacional. O autor projeta um futuro de sucesso e progresso para a estatal, ressaltando a importância da Eletrobrás no desenvolvimento energético do país como no seguinte trecho:

Entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, no Rio Paraná, já funciona o Complexo de Urubupungá, formado pelas usinas de Jupia e Ilha Solteira, que distam entre si 60 km. Quando concluído, em 1980, terá 4,6 milhões de potência instalada; 1,4 a primeira e 3,2 a segunda. Teremos assim uma das maiores obras do mundo, no gênero (Moreira, 1980, p. 208).

Moreira ressalta a ideia de "Brasil Potência" ao apresentar a grandiosidade que será a Usina de Itaipu. Considerando que em 1980 a usina ainda estava em

<sup>8</sup> A criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) foi proposta em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas. O projeto enfrentou grande oposição e só foi aprovado após sete anos de tramitação no Congresso Nacional. Em 25 de abril de 1961, o presidente Jânio Quadros assinou a Lei 3.890-A, autorizando a União a constituir a Eletrobras. Em abril de 2022 a estatal foi privatizada através da capitalização das ações pertencentes à União na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Historia.aspx>. Acesso em 22 de jul. de 2024.

construção, sendo inaugurada apenas em 1984, Moreira vislumbra que a usina será:

A Usina de Itaipu, no Rio Paraná, na fronteira com o Paraguai, superará em muito as duas maiores do mundo, isto é, as usinas soviéticas de Krasnoyarsk e Bratsk, na Sibéria. Sua construção iniciou-se em 1975 e sua conclusão está prevista para 1982, quando terá uma potência instalada de 12 milhões de kW, dos quais 1,8 caberá ao Paraguai, já que se trata de uma obra binacional (Moreira, 1980, p. 209).

Araujo afirma que sempre foi muito comum no Brasil a intervenção do Estado na economia, situações assim aconteciam desde a Era Vargas, a autora afirma que:

Como ressalta o historiador Daniel Aarão Reis, a tradição da intervenção do Estado na economia vem desde a ditadura de Vargas, assim como o investimento nas empresas estatais: “Ao tempo que ganhavam dinamismo as já conhecidas, como a Petrobras, a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), outras – igualmente gigantescas – ganhavam alento, como a Eletrobrás e a Siderbras (...)” (REIS, 2014, p. 80). No entanto, essas empresas eram custeadas por capital privado, nacional e estrangeiro e, em algumas vezes, apresentavam prejuízos. (Araujo, 2015, p. 111)

Desta forma, observamos que o Estado investia diretamente em políticas públicas implementadas por meio de suas estatais, com a expectativa de que esses investimentos promovessem o desenvolvimento econômico e social do país.

Após discutir a questão energética nacional, o autor aborda, nos capítulos seguintes, temas relacionados ao espaço urbano. No terceiro capítulo desta unidade, ele explora o espaço urbano de maneira geral, detalhando as funções urbanas, a hierarquia das cidades, o crescimento urbano e os problemas associados. No capítulo quatro, que encerra a unidade, Moreira foca na circulação, destacando a importância dos diferentes meios de transporte, o transporte de mercadorias através das ferrovias, rodovias e portos, além do comércio interno e externo.

#### **4.6 Análise e Debate da Quinta Parte do Livro : O Espaço Brasileiro**

Na última unidade do livro, Moreira aborda diretamente o “espaço brasileiro”, discutindo a diversidade espacial, as unidades regionais do país e os órgãos de planejamento. No primeiro capítulo, que trata da diversidade espacial, é possível perceber a visão progressista de Moreira sobre o Brasil. Ele afirma que, com o

início da arrancada para o desenvolvimento do país, é essencial planejar: “Agora que o Brasil inicia sua arrancada para o desenvolvimento, é preciso planejar” (MOREIRA, 1980, p. 242).

Ao apresentar a divisão espacial do Brasil, o autor exibe um mapa detalhado que ilustra as áreas especiais, evidenciando as regiões de planejamento. Esses mapas fornecem uma visão mais ampla das diferentes dimensões da organização espacial do Brasil, permitindo uma compreensão das regiões de planejamento e sua importância no contexto do desenvolvimento nacional. A seguir, o mapa apresentando a divisão espacial do Brasil através das áreas especiais.

Figuras 12: Áreas especiais (Regiões de planejamento)



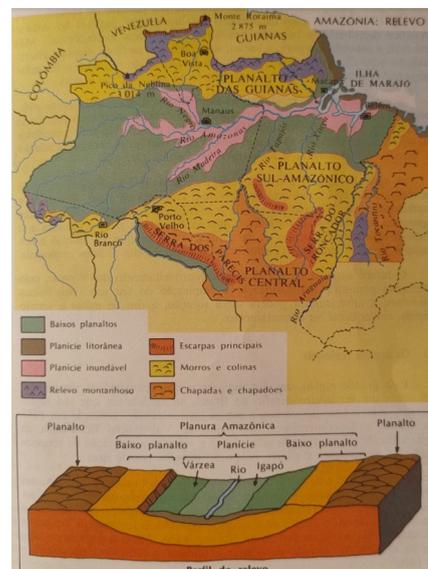
Fonte: Moreira, 1980, p. 244.

O autor apresenta as unidades regionais brasileiras e os órgãos de planejamento, incluindo: SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), SUDESUL (Superintendência do Desenvolvimento do Sul), SUDEVAP (Superintendência do Desenvolvimento do Vale do Paraíba do Sul), SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e SUVALE (Superintendência do Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Essas entidades são encarregadas de coordenar e executar políticas de desenvolvimento regional, visando fomentar o crescimento econômico e social em suas respectivas áreas de atuação, o autor apresenta cada uma destacando suas características no segundo e último capítulo desta unidade, observa-se que neste capítulo é focado, principalmente, nas

questões relacionadas à Amazônia e ao Nordeste, consideradas na época como “regiões problema”.

Ao descrever a Amazônia como uma unidade regional, o autor destaca a baixa densidade demográfica da região, afirmando: “essa área representa 42% da superfície do país, mas abriga apenas 3,87% da população, caracterizando assim um grande vazio demográfico” (Moreira, 1980, p. 246). Moreira também descreve o clima e a vegetação predominante da região, além de enfatizar as características geomorfológicas e o perfil do relevo, que são apresentados em um mapa a seguir:

Figura 13 - Mapa e perfil de relevo da Amazônia



Fonte: Moreira, 1980, p. 247.

Moreira também destaca que, devido aos grandes vazios demográficos na região, era necessária a criação de órgãos de planejamento e gestão específicos. Com o receio da cobiça internacional, o autor menciona que "já em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), visando administrar e orientar a aplicação de recursos tendentes a promover a efetiva ocupação daquela área" (Moreira, 1980, p. 248). No entanto, Moreira enfatiza a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) em 1966, que substituiu a SPVEA. O principal objetivo da SUDAM era promover a ocupação efetiva da Amazônia e, de fato, integrá-la ao restante do país. Segundo o autor:

Entretanto, é com a SUDAM, criada em substituição à SPVEA, em 27/10/66, que principia a resposta brasileira ao desafio econômico. Com efeito, a SUDAM, diretamente subordinada ao Ministério do Interior e tendo como aliados o Banco da Amazônia (BASA) e o INCRA, tem por fim

coordenar os esforços no sentido de ocupar e integrar a Amazônia no concerto do país. (MOREIRA, 1980, p. 248)

A mesma legislação que criou a SUDAM também definiu os limites de sua atuação, estabelecendo assim o âmbito da Amazônia Legal. Segundo o autor, essa delimitação é mais compatível com a realidade geográfica, pois abrange o domínio da floresta no território brasileiro. Moreira também destaca que, em 1968, outro instrumento foi criado com o intuito de atrair recursos para a região: a Zona Franca de Manaus.

Figura 14 - Área de influência da Amazônia Legal

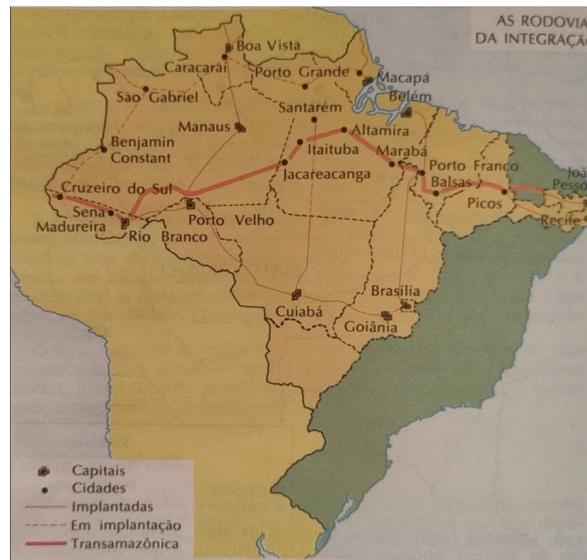


Fonte: Moreira, 1980, p. 249

Ao destacar os investimentos na região, o autor menciona o Programa de Integração Nacional, que inclui as Rodovias de Integração. Essas rodovias são a Transamazônica, a Belém-Brasília, a Cuiabá-Santarém (BR-165), a Brasília-Acre (BR-364), a Manaus-Porto Velho (BR-319), a Manaus-Boa Vista (BR-174) e a Perimetral Norte. Dentro todas as rodovias apresentadas Moreira enfatiza a Transamazônica, segundo ele:

De todas, pelo seu pioneirismo, ganha realce a Transamazônica, que cruza o país de leste a oeste, atravessando o Nordeste e a Amazônia e unindo, com o aproveitamento da rede rodoviária peruana, o Atlântico ao Pacífico. (MOREIRA, 1980, p. 250).

Figura 15 - Mapa com as Rodovias de Integração



Fonte: Moreira, 1980. p. 250

Ele afirma que a construção da rodovia terá um grande impacto na região, pois contribuirá para o crescimento econômico das áreas envolvidas. Segundo Moreira, este empreendimento possui os seguintes objetivos:

- ligação rodoviária da região com o resto do país, particularmente com o Nordeste e o Centro-Oeste, através dos quais estará ligada ao Sul-Sudeste;
- aproveitamento dos excedentes demográficos do Nordeste, no sentido de fornecer boa parte do elemento humano povoador;
- colonização regular das margens da estrada, para cujo fim foram desapropriados 100 km de faixa marginal em cada lado, com base na agropecuária;
- estabelecimento de novos mercados produtores e também consumidores;
- atração de atividades industriais e terciárias para as áreas ocupadas, ampliando a oferta de trabalho na região; 114
- aporção de técnicas e capitais que permitem o aproveitamento de recursos até então inexplorados e mesmo desconhecidos, especialmente no setor mineral, cujas descobertas e primeiros investimentos já se fazem sentir;
- intercâmbios comerciais e culturais na região e com o resto do país (MOREIRA, 1980, p. 251-252.).

Podemos perceber pelas ideias apresentadas pelo autor que o objetivo da Transamazônica era a colonização dos vazios demográficos - termo que pode ser problematizado, considerando a ocupação real, ainda que pouco densa, dos

espaços no Norte do Brasil. Araújo afirma que o governo investia fortemente em propaganda, promovendo a ideia de um país desenvolvimentista.

O país, à época, foi comparado a um gigantesco pátio de obras e, desta forma, foi tomado por um sentimento desenvolvimentista. Cabe ressaltar que no governo Médici, criou-se uma agência própria de propaganda – a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), cujo objetivo era inculcar slogans otimistas e ufanistas, dentre os quais *Pra frente, Brasil, Ninguém mais segura esse país, O futuro chegou, Brasil, terra de oportunidades, Brasil, potência emergente* e, por fim, para os que não concordavam com o regime ainda tinha a campanha *Brasil, ame-o ou deixe-o*. Então, era por meio da criação de todo esse imaginário que o país passava a ideia de crescimento e desenvolvimento. (Araújo, 2015, p. 114-115).

Ao falar sobre o Nordeste, Moreira aborda cada uma de suas regiões: Meio-Norte, Sertão, Agreste e Litoral - reproduzindo a regionalização clássica estabelecida por Manuel Correia de Andrade em *A terra e o homem no Nordeste*, de 1963. Após essa descrição, o autor discute o desenvolvimento regional, afirmando que, devido aos diversos problemas enfrentados pela região, o Nordeste foi o primeiro a receber ações do governo federal: “Era preciso instituir um órgão que coordenasse, administrasse e orientasse a aplicação de recursos e investimentos na região, com o objetivo de sanar problemas e corrigir distorções” (MOREIRA, 1980, p. 255).

Dessa forma, Moreira apresenta a SUDENE, criada em 1959, destacando as ações da instituição e afirmando que os investimentos na região se intensificaram nos últimos anos, com um aumento no capital aplicado por parte do governo. Nesse contexto, também foi criada a CODEVASF, com o objetivo de resolver problemas específicos do Vale do Rio São Francisco, desenvolvendo projetos de irrigação para melhorar a produção agrícola nas áreas próximas ao rio. Além dessas iniciativas, o autor ressalta outros “avanços” na região:

Para dinamizar o Meio-Norte, entre outras coisas foi constituída a barragem e a Usina da Boa Esperança, no Rio Parnaíba; prossegue o programa da açudagem do Sertão (já açudado em quase a metade de sua extensão), visando liberar a economia local da irregularidade pluviométrica; e o Litoral se promove a industrialização, em 116 que já são realidades o Centro Industrial de Fortaleza, e o núcleo fabril da Campina Grande (Paraíba). Todos esses centros têm crescido em ritmo acelerado em virtude dos benefícios fiscais e das concessões do Banco do Nordeste aos empresários do Sul-Sudeste. (MOREIRA, 1980, p. 256)

A partir do que foi exposto no livro, é possível observar que os investimentos públicos direcionados à SUDENE tinham como objetivo primordial o desenvolvimento e o planejamento das áreas do Nordeste. Esses investimentos focavam especialmente na implementação de medidas para mitigar os efeitos das

secas recorrentes na região, buscando soluções eficazes para enfrentar este problema e promover o desenvolvimento desta região. Araujo enfatiza a importância da SUDENE, destacando que, entre todas as superintendências estabelecidas para o desenvolvimento regional, ela foi a que recebeu maior destaque. Segundo Araújo:

A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) foi a superintendência de maior destaque. Isso é devido ao fato de se verificar que, mesmo com o processo de industrialização, crescia de forma estrondosa as diferenças entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Desta forma, precisava de uma intervenção estatal direta, sendo visto à época como o único caminho para o desenvolvimento da região. No entanto, a SUDENE enfraqueceu-se a partir de 1964, quando foi incorporada ao Ministério do Interior. E em 2001 foi extinta, após várias denúncias e escândalos. (Araujo, 2015, p. 116)

Diferentemente da abordagem detalhada sobre a Amazônia e o Nordeste, o autor apresenta o Centro-Oeste de forma mais sucinta. Ele descreve o relevo da região e destaca a importância da construção de Brasília, que atraiu um maior fluxo de pessoas e investimentos. Além disso, o autor explica a relevância da construção da rodovia Belém-Brasília, ressaltando suas consequências positivas, como o povoamento das áreas ao longo da rodovia, o desenvolvimento da produção agropastoril nas suas margens e o estímulo a outras atividades econômicas. Segundo Moreira:

Atualmente, com a construção das grandes rodovias do Programa de Integridade Nacional e do Plano Rodoviário Nacional, que inclui um sistema de radiais de Brasília a todas as capitais do país; com os fundos provenientes do PRODOESTE (instituído em 1972); e com os trabalhos de coordenação da SUDECO (criada em 1967), a região começa a se transformar, através de um acelerado processo de povoamento e mobilização de recursos até então inaproveitados. (MOREIRA, 1980, p. 258).

Figura 16 - Plano rodoviário nacional para o Centro-Oeste



Fonte: Moreira, 1980, p. 258

Ao elaborar o texto sobre o Sudeste, Moreira afirma que pela sua individualidade a região era “o coração econômico do país” e que devido aos seus processos de urbanização e industrialização passou “a comandar a organização do espaço brasileiro” (MOREIRA, 1980, p. 259); Ele destaca a importância da indústria para a região de São Paulo e do Rio de Janeiro, além da criação da SUDEVAP, cuja finalidade é coordenar a ocupação e os investimentos na região do Vale do Rio Paraíba - que se localiza entre as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Para comprovar a relevância como principal região econômica do país, Moreira afirma que “se localizam os dois principais portos nacionais: o de Santos e o do Rio de Janeiro, completados pelo de Vitória”. Por fim, ao escrever sobre a região Sul, o autor também foi bem sucinto.

Ele descreveu as peculiaridades da região, apresentando o clima da região e suas características e como seu deu o seu povoamento, que ocorreu com a vinda dos imigrantes europeus que introduziram novas formas de cultivo e aproveitamento do espaço ocupado que para Moreira “o Rio Grande do sul, passou a ser notabilizado como o celeiro do Brasil” (Moreira, 1980, p. 262), ressaltou a criação da SUDESUL, em 1967, que visava o planejamento e coordenação da região. Para o autor as principais características da região são:

- predomínio de um clima subtropical;
- população majoritariamente de descendência europeia;
- menor influência do elemento negro;

- predomínio do policultivo e da exploração direta da terra;
- presença de culturas temperadas (como o trigo e a uva) e de raças europeias na pecuária de corte (Moreira, 1980, p. 263-264).

Para Viegas (2020), as práticas de regionalização sempre ultrapassaram as fronteiras do planejamento urbano. Durante a Ditadura, essa estrutura esteve fortemente associada ao Estado de Segurança Nacional. Com base nessas ideias, o regime buscava exercer controle total sobre o território nacional, como Viegas destaca:

O ideal de controle esteve representado, de maneira clara, na ideologia da segurança nacional. A sociedade brasileira deveria funcionar como um sistema integrado, com as partes ajustadas ao ritmo do todo. O Estado militar teria o papel de regulador autoritário, capaz de eliminar e diluir os conflitos que porventura viessem a ameaçar sua integridade (REIS, 2014, p. 116). Com base nessas prerrogativas, o entendimento era de que as regiões deviam ser caracterizadas de acordo com elementos em comum ao território ao qual pertenciam e, sobretudo, responder ao projeto nacional de integração e industrialização, um dos motes notáveis do nacional-estatismo. (Viegas, 2020, p.16)

Dessa forma, o governo federal criou as unidades regionais de desenvolvimento, com o objetivo de reduzir as fronteiras, promover a industrialização em todo o país e incentivar o povoamento das regiões mais afastadas, as políticas públicas deixaram de ser regionais para serem nacionais, conforme destacado por Viegas:

Nesse sentido, a regionalização do território emerge como uma das categorias no qual o autoritarismo e o desenvolvimentismo vão se locupletar: colonização, desbravamento de matas, construção de estradas e diminuição de distâncias foram os principais tópicos da agenda nacional de planejamento no período em tela. Entre as principais decorrências, figuram definições precisas de zonas de acordo com critérios econômicos; a massiva coleta de dados, enquanto meio de conhecimento e, portanto, controle; e inúmeras desapropriações, usualmente para fins industriais e não sociais. Em outras palavras, a questão urbana e o desenvolvimento regional passaram a ser pautas de desenvolvimento econômico nacional. (Viegas, 2020, p.17).

Conclui-se que, de acordo com as informações apresentadas por Moreira (1980), a criação das unidades regionais de planejamento eram fundamentais para o desenvolvimento do país. Ele destaca a importância da construção da Transamazônica, que atravessaria o Brasil do Norte ao Nordeste. Moreira estimava que essas obras de grande escala trariam progresso e desenvolvimento para todo o país.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho foi possível analisar como autores que foram relevantes para a Geografia Crítica, notadamente Yves Lacoste e Pierre George, influenciaram também o livro didático de Moreira. Observamos que a obra analisada segue uma organização já consolidada nos livros didáticos, a Terra, o Homem e a Economia, mesmo que não utiliza esta nomenclatura, o livro organiza-se em:

- A Terra, onde o autor apresenta o estudo da natureza, apresentando a questão climática de forma muito descritiva, a diferença entre clima e tempo, os tipos de clima. Após as explicações referentes ao clima, o autor apresenta os grandes domínios naturais, como as florestas e os campos.
- O Homem, o autor realiza um estudo aprofundado sobre as estruturas populacionais, oferecendo uma análise detalhada da população mundial e da população brasileira. Ele investiga as características demográficas, incluindo a composição étnica e as dinâmicas populacionais
- A Economia no livro, são trabalhados os temas indústria e urbanização dentro do contexto pós-Revolução Industrial. Em relação à indústria, são apresentados conceitos sobre os tipos industriais, como bens não-duráveis, duráveis e de capital. Além disso, são discutidos os fatores de localização industrial, incluindo energia, matéria-prima, transportes, mão-de-obra, capital e mercado. O livro oferece uma visão geral da indústria e da urbanização tanto no mundo desenvolvido quanto no em desenvolvimento. Em relação ao urbano, são explorados conceitos sobre funções urbanas, rede e hierarquia urbana, crescimento e problemas urbanos.

A partir da nossa análise, é evidente que a Geografia, ou mais precisamente a ciência geográfica, passou por uma transformação significativa entre as décadas de 1970 e 1980, com o advento da Geografia Crítica. Durante esse período, diversos autores procuraram incorporar essas novas concepções em seus livros didáticos. Como afirma Azambuja (2014)

Alguns autores, como José Wiliam Vesentini, Melhen Adas, Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos Carvalho, empenharam-se na produção de manuais didáticos que incluíssem as novas concepções e temáticas da

Geografia voltada para a ruptura com o caráter descritivo e informativo deste conteúdo escolar. O resultado é um texto didático, com mais informações e qualidade de análise, em relação à produção didática do período anterior, um texto mais problematizador e identificado com as dimensões socioespaciais da realidade brasileira e mundial. Conceitos tais como desenvolvimento e subdesenvolvimento, em vias de desenvolvimento, subdesenvolvido e industrializado passam a integrar os materiais didáticos. (Azambuja, 2014, p. 24-25).

Igor Moreira, ao elaborar seu livro didático, baseou-se em uma abordagem geográfica alinhada a uma perspectiva mais à geografia econômica e social de P. George e Y. Lacoste, com uma preocupação com a temática do desenvolvimento e da modernização do território brasileiro, adotando um tom predominantemente descritivo. O autor, ao apresentar o conteúdo, fazia questão de sempre retornar à realidade brasileira, contextualizando os temas de acordo com o cenário nacional. No entanto, considerando que o livro foi escrito durante um período repressivo, marcado por forte censura, ele não podia expressar críticas diretas ao regime vigente. Sendo assim, vemos um caráter dúbio em seu manual, de um lado se destaca as desigualdades sociais, de outro, existe uma valorização do Brasil potência, apesar de suas contradições.

Nesse contexto, Moreira frequentemente destacava as políticas públicas promovidas pelo governo, mencionando as diversas obras realizadas com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do país. Embora reconhecesse que a qualidade de vida do brasileiro ainda estava aquém do ideal, o autor afirmava que, a longo prazo, essa situação melhoraria. Ele defendia que, com a construção de novas rodovias e o avanço da industrialização, o número de empregos aumentaria, beneficiando a população. O autor introduz na discussão a questão fundiária no Brasil, afirmando que a Reforma Agrária era uma medida necessária para a redistribuição de terras e a promoção da justiça social no campo. Ele ressalta que políticas governamentais, como a criação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), foram iniciativas pioneiras nesse sentido, representando um passo importante na tentativa de abordar as desigualdades agrárias no país. No entanto, o autor também sugere que essas ações, embora significativas, ainda eram insuficientes para resolver completamente os desafios fundiários enfrentados pelo Brasil. Contudo, é perceptível que Moreira enfatizava muito mais os aspectos positivos do desenvolvimento do que eventuais críticas a ele, refletindo as limitações impostas pela censura da época. O elogio ao

planejamento é, igualmente, um elemento interessante que pode ser interpretado à luz de Pierre George e sua geografia ativa, ou seja, comprometida em edificar o Estado de bem-estar social.

Moreira utilizou como referencial teórico diversos autores de uma Geografia mais à esquerda, destacando-se os autores Pierre George e Yves Lacoste, a seguir uma tabela com as obras clássicas da Geografia que foram referenciadas pelo autor:

Tabela 11: Autores clássicos da Geografia Humana utilizadas como bibliografia do Livro “O Espaço Geográfico - Geografia Geral e do Brasil”

<b>Autor (a)</b>	<b>Obras</b>
<b>Manuel Correia de Andrade.</b>	A Terra e o homem no Nordeste Paisagens e Problemas do Brasil Geografia Econômica do Nordeste Geografia, Região e Desenvolvimento Nordeste: Espaço e Tempo
<b>Aroldo de Azevedo</b>	Brasil, a Terra e o Homem
<b>Caio Prado Júnior</b>	A Agricultura Subdesenvolvida
<b>Delgado de Carvalho</b>	Relações Internacionais
<b>Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro</b>	Geografia Humana, Política e Econômica
<b>Josué de Castro</b>	Ensaio de Geografia Humana Geografia da Fome Geopolítica da Fome
<b>Pierre George</b>	Introdução ao Estudo Geográfico de População A ação do Homem Compêndio de Geografia Rural Compêndio de Geografia Urbana Geografia Agrícola do Mundo Geografia da População Geografia do Consumo Geografia Industrial do Mundo Os Métodos da Geografia

	Sociologia e Geografia
<b>Vidal de La Blache</b>	Princípios da Geografia Humana
<b>Yves Lacoste</b>	Os países desenvolvidos Geografia do Subdesenvolvimento

Fonte: Moreira, 1980. Elaborado pelo autor

O autor, além de apresentar textos sobre os conteúdos trabalhados ao longo das unidades temáticas do livro, faz uso de outros recursos visuais para elucidar suas informações, como o uso de imagens, mapas, tabelas e quadros. Algo que se tentava desconstruir era a imagem que a Geografia era um componente curricular estático, buscando se desvencilhar do seu método descritivo e abordando processos de transformação espacial como migrações, urbanização, etc.

Moreira defendia que os professores de Geografia, ao trabalharem os conteúdos, não deveriam apresentá-los como processos distintos, mas de forma integrada. Ele acreditava que essa abordagem permitiria aos alunos uma compreensão mais completa e profunda dos processos que ocorrem no mundo ao seu redor, facilitando a conexão entre diferentes aspectos geográficos e suas implicações na realidade, como afirma Moreira:

o professor, ao invés de propor unidades estanques de análise, como estrutura geológica, solos, clima, vegetação e hidrografia, para depois desenvolver as atividades agrárias, onde irá permitir a integração, deve partir das atividades agrárias como um todo, em função das quais irá trabalhar os conteúdos tópicos, que se integram (interagem) em um conjunto (uma síntese). Isto é, utilizará sempre a síntese, que é geográfica, a partir da qual lhe será cabível propor conteúdos de análise, muitas vezes não geográficos. Desta maneira, a necessidade de entender a agropecuária brasileira permitirá que se desça ao estudo dos fatores intervenientes, como clima, solo, vegetação, etc. Esse procedimento, além de ser verdadeiramente geográfico, irá oportunizar uma objetividade maior, com um aproveitamento judicioso do tempo disponível (carga horária), cuja limitação é muito lamentada pelos professores em geral. (Moreira, 1970, p. 79-80)

Assim, podemos concluir que a Geografia Crítica, notadamente, aqueles autores franceses que buscavam renovar a geografia francesa no pós-guerra, tiveram uma influência significativa na reestruturação dos livros didáticos de Igor Moreira, incorporando esses novos conceitos e problemáticas de pesquisa em sua obra. Igor Moreira foi influenciado por autores da Geografia Ativa, como Pierre George e Yves Lacoste, que serviram de inspiração para essa nova geração da Geografia Crítica. Ele abordou questões críticas sobre a realidade da sociedade

brasileira, embora de forma mais sutil em algumas ocasiões, devido ao contexto de censura e repressão vigente durante o período autoritário em que o livro foi escrito. O livro didático sempre foi um recurso valioso para os professores, oferecendo uma base a partir da qual é possível explorar novas práticas pedagógicas e caminhos didáticos. Portanto, seu uso em sala de aula deve ser fortemente incentivado.

Encerro esta monografia com a seguinte conclusão: ao refletirmos sobre nossa prática cumprimos nosso papel de ajudar no crescimento do potencial de repensar a trajetória do ensino de geografia, o que nos permite o exercício profissional mais consciente e uma melhor compreensão das transformações de nosso campo científico.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Isabella Belmiro. **Os livros didáticos de Geografia no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): quando o ensino serviu, em primeiro lugar, para forjar a ideia de país grande, país potência e em constante desenvolvimento** . São Gonçalo: Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA DO BRASIL. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 11–33, 2015. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/180>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, Nestor André ; GOULART, Lígia Beatriz ; COSTELLA, R. Z. ; REGO, N. . Para entender a necessidade de práticas prazerosas no ensino da geografia na pós-modernidade. In: Castrogiovanni, A. C.; Rego, N.; Kaercher, N. A.. (Org.). **Geografia - práticas pedagógicas para o ensino médio**. 1ed.Porto Alegre: Artmed, 2007, v. 1, p. 35-47.

FOPPA, L. C. ; TONINI, I. M. . As páginas abertas da América Latina: uma leitura dos livros didáticos de Geografia. In: Rosa Elisabete Militz Martins; Ivaine Maria Tonini; Roselane Zordan Costella. (Org.). **Geografias Interativas**. 20ed.Florianópolis/SC: UDESC, 2020, v. 1, p. 401-427.

GABRELON, Anderson ; SILVA, J. L. B. . Livro Didático: suas funções e o ensino de Geografia. In: Ivaine Maria Tonini ...[et al.]. (Org.). **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. 1 ed.Porto Alegre: Sulina, 2017, v. , p. 113-135.

LIMA, Rodne de Oliveira. . Caio Prado Júnior e a Questão Agrária no Brasil. **Geografia (Londrina)** , Londrina-PR, v. 8, n.2, p. 123-134, 1999.

MOREIRA, Igor Antonio Gomes. A geografia como ciência humana e de síntese e as implicações no ensino secundário. **RBG**, ano 29, n. 218, p. 76-81, set./out., 1970. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg\\_1970\\_v29\\_n218\\_set\\_out.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1970_v29_n218_set_out.pdf). Acesso em: 20 jul. 2024

MOREIRA, IGOR A. G. **O Espaço Geográfico – Geografia Geral e do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1980.

MOREIRA, R. Assim se Passaram Dez Anos - A Renovação da Geografia Brasileira no Período 1978-1988. **GEOgraphia**, v. 2, n. 3, p. 27-49, 16 set. 2009.

PEDROSA, Breno Viotto. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (parte I). *Geosul*, v. 30, p. 7-27, 2015.

PEDROSA, Breno Viotto. A Geografia Crítica Brasileira e o Debate Sobre Ontologia do Espaço: uma Aproximação. **Geografares**, Vitória, Brasil, n. 11, p. 139–168, 2012. DOI: 10.7147/GEO11.1771. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1771>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 no PNLD de Geografia: um ensaio sobre questões, mudanças e permanências. In: Tonini, Ivaine; Goulart, Ligia Beatriz; Kaercher, Nestor André; Martins, Rosa Miltz; Costella, Roselane Zordan. (Org.). **Geografia e livro didático: para tecer leituras de mundo**. 1ed. São Leopoldo: Oikos, v. 1, p. 29-49, 2018.

SUERTEGARAY, D. M. **A Geografia no contexto das ciências**. In: Boletim Gaúcho de Geografia - AGB. Porto Alegre: Unijui, 1997.

VIEGAS, D. H. Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 22, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6044>. Acesso em: 07 ago. 2024.

VERDI, Elisa. F, Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985. São Paulo: Dissertação de mestrado - Pós-graduação em Geografia Humana, 2016.

VESENTINI, José William. “Geografia crítica no Brasil: uma interpretação depoente” in **Ensaio de geografia crítica**. São Paulo:Plêiade, 2009.

VESENTINI, José, Willian. **Ensaio de Geografia Crítica. História, Epistemologia e (Geo)política**. São Paulo: Plêiade, 2009.